



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.538, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

Aprova a Diretriz que dispõe sobre o Plano de
Integridade da Força Aérea Brasileira.

O **COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 67050.018209/2024-91, procedente do Estado-Maior da Aeronáutica:

Art. 1º Aprova a DCA 16-3 “Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira”, na forma dos Anexos I a XIV.

Art. 2º Revogam-se:

I - a Portaria nº 1.868/GC3, de 20 de novembro de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 202, de 21 de novembro de 2018; e

II - a Portaria nº 1.932/GC3, de 1º de novembro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 200, de 4 de novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



GOVERNANÇA

DCA 16-3

**PLANO DE INTEGRIDADE DA FORÇA AÉREA
BRASILEIRA**

2024

ANEXO I

PLANO DE INTEGRIDADE DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA (DCA 16-3)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	1º/4º
Seção I - Finalidade.....	1º/2º
Seção II - Conceituação.....	3º
Seção III - Âmbito.....	4º
CAPÍTULO II - INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO.....	5º/25
Seção I - Integridade Pública.....	7º/10
Seção II - Integridade na Instituição Militar.....	11/12
Seção III - Fundamentação Normativa.....	13/14
Subseção I - Normas Internacionais.....	15
Subseção II - Normas Nacionais.....	16/18
Subseção III - Normas Internas do COMAER.....	19/25
CAPÍTULO III - FORÇA AÉREA BRASILEIRA.....	26/31
Seção I - Missão, Visão e Valores.....	26
Seção II - Setor de Atuação.....	27
Seção III - Mapa Estratégico.....	28/29
Seção IV - Estrutura Organizacional.....	30/31
CAPÍTULO IV - PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	32/96
Seção I - Eixos do Programa de Integridade.....	39
Seção II - Funções do Programa de Integridade.....	40/41
Subseção I - Promoção dos Valores Éticos.....	42
Subseção II – Transparência.....	43/53
Subseção III - Ouvidoria.....	54/57
Subseção IV - Gestão de Riscos.....	58/66
Subseção V - Controles Internos.....	67/70
Subseção VI - Auditoria Interna Governamental.....	71/76
Subseção VII - Prestação de Contas e Responsabilidade (Accountability).....	77/81
Subseção VIII - Responsabilidade Administrativa.....	82/90
Subseção IX - Responsabilidade Penal.....	91/96
CAPÍTULO V - ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DA INTEGRIDADE.....	97/128
Seção I - Comandante da Aeronáutica (CMTAER).....	100
Seção II - Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM).....	101
Seção III - Comitê de Governança da FAB (CGov-FAB)	102
Seção IV - Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).....	103
Seção V - Unidade Setorial de Integridade da FAB (USI-FAB).....	104/113
Seção VI - Conselho de Ética Militar (CEM).....	114/116
Seção VII - Comissão de Ética.....	117
Seção VIII - Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR).....	118/119
Seção IX - Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER).....	120/121
Seção X - Secretaria de Avaliação e Promoções.....	122
Seção XI - Divisão do Pessoal Civil (DPC) do COMGEP	123/124

Seção XII - Assessorias de Governança (AsGov).....	125/127
Seção X - Comitês Setoriais de Governança (CSG).....	128
CAPÍTULO VI - TEMAS E INICIATIVAS RELEVANTES PARA A INTEGRIDADE.....	129/160
Seção I - Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.....	130/133
Seção II - Sistema e-Agendas.....	134/143
Seção III - Brindes, Presentes e Hospitalidades.....	144/147
Seção IV - Assédios Moral e Sexual.....	148/157
Seção V - Uso Indevido de Substâncias Psicoativas.....	158/160
CAPÍTULO VII - MEDIDAS DE TRATAMENTO.....	161
CAPÍTULO VIII - CAPACITAÇÃO CONTÍNUA.....	162
CAPÍTULO IX - ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO.....	163/165
CAPÍTULO X - MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO PROINT.....	166/169
CAPÍTULO XI - MATURIDADE EM INTEGRIDADE PÚBLICA.....	170/174
CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	175/180

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Finalidade

Art. 1º A presente Diretriz, que delineia o Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira (PLAINT-FAB), tem por finalidade descrever os principais conceitos, fundamentos, temas relevantes e medidas mitigadoras de riscos do Programa de Integridade da instituição (PROINT), cujo propósito precípua é fortalecer a Integridade do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Art. 2º Em consonância a isso, ressalta-se que qualquer iniciativa que contribua para o fortalecimento da Integridade institucional faz parte do Programa de Integridade, independentemente de ser mencionada no presente Plano.

Seção II

Conceituação

Art. 3º Os termos e expressões empregados nesta DCA estão previstos nos seguintes documentos:

I - Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

II - Portaria da Controladoria-Geral da União (CGU) nº 57, de 4 de janeiro de 2019, que altera a Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, que estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências;

III - Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai) e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

IV - Manual da CGU para implementação de Programa de Integridade Pública (orientações para o setor público);

V - Guia Prático da CGU sobre Gestão de Riscos para a Integridade (orientações para Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional);

VI - Guia Prático da CGU para a criação das Unidades de Gestão de Integridade – UGI (orientações para instituição, aperfeiçoamento e uniformização nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional);

VII - Referencial Técnico, versão 1.0, da Secretaria de Integridade Pública da CGU, sobre o Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP);

VIII - Recomendação do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Integridade Pública;

IX - Manual de Integridade Pública da OCDE;

- X - ABNT NBR ISO 31000 Gestão de Riscos - Diretrizes;
- XI - ABNT NBR ISO 31010 Gestão de Riscos - Técnicas para o Processo de Avaliação de Riscos;
- XII - ABNT NBR ISO 37000 - Governança de Organizações;
- XIII - ABNT NBR ISO 37301 - Sistemas de Gestão de Compliance;
- XIV - Enterprise Risk Management - Integrating with Strategy and Performance (COSO); e
- XV - Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos publicado em 2020.

Seção III Âmbito

Art. 4º Esta Diretriz aplica-se a todas as Organizações Militares do Comando da Aeronáutica (COMAER).

CAPÍTULO II INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO

Art. 5º Conforme consta do Guia da Política de Governança Pública do Governo Federal (2018), uma política de integridade deve adotar uma abordagem contextual, comportamental e baseada em riscos. Além de promover a cultura de integridade, é essencial estabelecer um sistema de integridade abrangente e assegurar a prestação de contas efetiva.

Art. 6º Promover a cultura de integridade no serviço público é requisito essencial para aumentar a confiança da sociedade no Estado e em suas instituições. Além disso, manter o alto nível de Integridade Institucional, sustentado por valores elevados e padrões de conduta rigorosos, é uma política pública fundamental que deve ser continuamente promovida e incentivada pelos agentes públicos.

Seção I Integridade Pública

Art. 7º A Integridade é considerada a pedra angular da boa governança, sendo um dos princípios da Governança Pública estabelecido no art. 3º do Decreto nº 9.203/2017.

Art. 8º De forma resumida, a Integridade Pública nada mais é que agir corretamente, priorizar o interesse público e desempenhar suas funções de maneira que suporte o escrutínio público. Refere-se ao estado ou condição de um órgão ou entidade em que a atuação é impecável e sem desvios, alinhada com os princípios e valores que devem orientar a Administração Pública.

Art. 9º Ao promover a gestão da Integridade Institucional de forma estruturada e em coordenação adequada com as Funções de Integridade, torna-se viável que os agentes públicos tomem decisões fundamentadas em critérios técnicos e objetivos, afastando assim as decisões de cunho particular, e tendo em mente que qualquer ato, por menor que possa parecer, deve ter

sentido ético.

Art. 10. No COMAER, as Funções de Integridade compreendem nove grandes esferas, quais sejam: Promoção dos Valores Éticos, Transparência, Ouvidoria, Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria, Prestação de Contas e Responsabilidade *Accountability*, Responsabilidade Administrativa e Responsabilidade Penal. Essas funções estão detalhadas no Anexo II desta DCA.

Seção II

Integridade na Instituição Militar

Art. 11. A Instituição Militar é tão antiga quanto o aparecimento das primeiras sociedades humanas organizadas sob a égide de estruturas político-administrativas, isto é, ela é muito anterior ao surgimento dos estados-nação e das forças armadas nacionais, as quais mantiveram até hoje a essência de seu *ethos* (usos, costumes e de seus valores éticos).

Art. 12. Para tanto, destacam-se os seis fundamentos da Integridade na Instituição Militar, representados no diagrama conceitual do Anexo III desta Diretriz:

I - Sacrifício da Própria Vida: desde seus primórdios, a Instituição Militar se distingue das outras instituições pela possibilidade de sacrifício da própria vida de seus integrantes em defesa da sua terra, da sua comunidade, do seu povo e Estado, o que mais tarde os romanos passaram a chamar de Pátria. O art. 31 do Estatuto dos Militares estabelece como dever militar: “a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas até com o sacrifício da própria vida”;

II - Hierarquia e a Disciplina: em virtude do aspecto extremo da possibilidade de sacrifício do bem mais importante do ser humano, a Instituição Militar é estruturada sobre um rígido sistema ético e jurídico, tendo a Hierarquia e Disciplina como pilares fundamentais. O art. 14 do Estatuto dos Militares afirma que “a hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas”. Nessa conjuntura, tanto a Constituição Federal - CF de 1988 quanto o Estatuto dos Militares estabelecem que as Forças Armadas são organizadas com base nesses pilares e têm como missão primordial a defesa da Pátria;

III - Ética Militar: a Hierarquia e a Disciplina são sustentadas por um sólido arcabouço de valores e princípios que constituem a Ética Militar. O Estatuto dos Militares define uma série de preceitos da Ética Militar que os integrantes das Forças Armadas devem seguir, incluindo:

- a) respeitar a dignidade da pessoa humana;
- b) cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;
- c) ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito;
- d) abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros; e
- e) zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da Ética Militar.

IV - Direito Administrativo Disciplinar Militar: refere-se aos processos administrativos

que apuram responsabilidades por violações leves das obrigações ou deveres militares. O Regulamento Disciplinar da Aeronáutica - RDAer (Decreto nº 76.322/1975) é a principal norma que estabelece um rígido código de conduta, abrangendo o comportamento dos militares, tanto durante o exercício de suas atividades funcionais, quanto em sua vida particular;

V - Direito Penal Militar: baseia-se no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969) e no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969), os quais tratam das violações graves das obrigações ou deveres militares; e

VI - Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) ou Direito Internacional Humanitário (DIH), cujas principais fontes são:

a) as quatro Convenções de Genebra de 1949 (CG I, II, III e IV);

b) os Protocolos Adicionais I e II de 1977 (PA I e PA II), relativos à proteção das vítimas de conflitos armados internacionais e não internacionais, respectivamente; e pelo Protocolo Adicional III de 2005 (PA III), relativo a um emblema distintivo adicional (o cristal vermelho); e

c) outros tratados internacionais proíbem o uso de determinados meios e métodos de guerra e protegem algumas categorias de pessoas e objetos contra os efeitos das hostilidades. Esses tratados incluem:

1. o Protocolo de 1925 para a Proibição do Uso na Guerra de Gases Asfixiantes, Venenosos e Outros e de Métodos Bacteriológicos de Guerra;

2. a Convenção de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e os seus dois Protocolos de 1954 e 1999;

3. a Convenção de 1972 sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas e sobre a sua Destruição; e

4. a Convenção de 1976 sobre a Proibição de Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental.

Seção III

Fundamentação Normativa

Art. 13. Considerando a complexidade e a abrangência dos esforços para combater os atos antiéticos, fraudulentos e corruptíveis, tanto em nível nacional quanto internacional, surge a necessidade de fomentar a cooperação entre as instituições para prevenir e reprimi-los, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

Art. 14. Para sustentar a implementação e o fortalecimento dos mecanismos preventivos, detectivos e punitivos que visam a mitigar os riscos de quebra de Integridade Institucional, é necessária a compreensão ampla das leis, normas e convenções que abordam a temática.

Subseção I

Normas Internacionais

Art. 15. Na esfera internacional, destacam-se as seguintes iniciativas ligadas à temática da Integridade Institucional:

I - *Foreign Corrupt Practices Act - FCPA*, instituído em 1977: os Estados Unidos foram pioneiros na luta contra a corrupção internacional com a publicação do FCPA, cujo objetivo era punir o suborno de funcionários públicos estrangeiros, por parte dos americanos, que buscavam obter vantagens em transações internacionais;

II - Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC), criada em 1996: a CICC, da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi o primeiro instrumento supranacional para o combate à corrupção. Reforça a promoção e o fortalecimento de mecanismos preventivos, detectivos e punitivos. No Brasil, essa Convenção foi promulgada mediante o Decreto nº 4.410/2002;

III - Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, instituída em 1997: visa a proteger o desenvolvimento da economia mundial, ao definir padrões internacionais que promovem a integridade nas transações comerciais em nível global. No Brasil, a Convenção foi incorporada por meio do Decreto nº 3.678/2000; e

IV - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CNUCC), também conhecida como Convenção de Mérida, estabelecida em 2003: é atualmente a norma internacional de maior alcance, cujo objetivo é promover a cooperação internacional para fomentar a integridade, a *accountability* e a adequada gestão dos recursos públicos. Essa Convenção reconhece que a corrupção e a fraude são problemas graves que transcendem fronteiras e impactam sociedades, e exigem uma resposta internacional colaborativa para enfrentá-los. No Brasil, a Convenção de Mérida foi promulgada por meio do Decreto nº 5.687/2006.

Subseção II

Normas Nacionais

Art. 16. No que se refere à Integridade Pública, extrai-se do art. 37 da CF de 1988 os seguintes princípios da Administração Pública Federal: a moralidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência administrativa.

Art. 17. Deve ser dado destaque para os seguintes diplomas legais, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro:

I - Lei nº 12.846/2013: trata da Responsabilização Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas por atos contra a Administração Pública, sendo amplamente conhecida como Lei Anticorrupção. Esta legislação enfatiza a importância dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, além da efetiva aplicação de códigos de ética e conduta dentro das entidades jurídicas;

II - Decreto nº 9.203/2017: estabelece a Política de Governança para a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. O seu art. 19 impõe a obrigatoriedade de

implementação do Programa de Integridade nos Órgãos Federais, cujo objetivo é promover a adoção de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes, corrupção e atos antiéticos, devendo ser estruturado nos seguintes eixos:

- a) comprometimento da alta administração;
- b) criação de uma unidade responsável pelo programa de integridade;
- c) análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e
- d) monitoramento contínuo do Programa de Integridade.

III - Decreto nº 11.529/2023: institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai) e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Este decreto define as atribuições dos Programas, Planos e Funções de Integridade, assim como os papéis do Órgão Central e das Unidades Setoriais do Sistema, com vistas a alcançar os seguintes objetivos:

- a) coordenar e articular as atividades relativas à integridade, à transparência e ao acesso à informação;
- b) estabelecer padrões para as práticas e as medidas de integridade, transparência e acesso à informação; e
- c) aumentar a simetria de informações e dados nas relações entre a Administração Pública Federal e a sociedade.

Art. 18. Além disso, no arcabouço jurídico brasileiro, há uma série de normas voltadas para o fortalecimento da integridade pública, que serão detalhadas nos capítulos subsequentes desta DCA. Entre as principais, podem ser citadas: Lei nº 8.429/1992 (Prática de Atos de Improbidade Administrativa); Decreto nº 3.591/2000 (Sistema de Controle Interno); Decreto nº 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal); Decreto nº 7.203/2010 (Nepotismo); Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI); Lei nº 12.813/2013 (Conflito de Interesses); Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016 (Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança); Lei nº 13.460/2017 (Participação, Proteção e Defesa dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos - Ouvidoria); e Portaria CGU nº 57/2019 (Programas e Planos de Integridade).

Subseção III

Normas Internas do COMAER

Art. 19. Em conformidade com o Decreto nº 9.203/2017, foi criada a Unidade de Gestão de Integridade (UGI) no âmbito da Força Aérea Brasileira (FAB), por meio da Portaria nº 707/GC3/2018, alterada pela Portaria nº 1.932/GC3/2019. Sua função é implementar, estruturar, coordenar e monitorar o Programa de Integridade, cujos fundamentos são consignados no Plano de Integridade.

Art. 20. À luz do que prevê o Decreto nº 11.529/2023 do Sitai, a UGI é a Unidade Setorial de Integridade (USI) do COMAER, passando então a ser designada como USI-FAB.

Art. 21. Pelo fato de a Integridade ser um aspecto que perpassa transversalmente todos os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da

Aeronáutica (ODGSA), a USI-FAB encontra-se na estrutura organizacional do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

Art. 22. A primeira versão do Plano de Integridade da FAB (DCA 16-3/2018) teve como escopo a abrangência dos aspectos relevantes do Programa de Integridade da FAB, definindo princípios e medidas para prevenir, detectar e remediar ocorrências de quebra de Integridade Institucional no COMAER.

Art. 23. Nessa conjuntura, destaca-se o Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 909-1 “Programa de Formação e Fortalecimento de Valores” (PFV), que promove os valores morais vinculados à Ética Militar, estreitamente relacionados às instituições militares. Esse Manual prevê as ações e orienta o efetivo das Organizações Militares (OM) do COMAER na sua implementação e disseminação para promover o bem-estar dos militares ao incentivar boas práticas nas quatro esferas humanas (mental, física, social e espiritual).

Art. 24. Dentro do contexto do PFV, a DCA 909-2 estabelece o Conselho de Ética Militar (CEM) como uma cadeia de elos sistêmicos, cuja missão é planejar as diretrizes estratégicas para o fortalecimento das esferas humanas do bem-estar militar mencionadas no artigo anterior.

Art. 25. No que se refere aos Servidores Civis pertencentes ao efetivo do COMAER, em 2021, foi publicada a Portaria nº 1.349/GC1, que criou a Comissão de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Comando da Aeronáutica, a qual deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico do Servidor Público Civil), pelo Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética do Servidor Público Civil) e pelo Decreto nº 6.029/2007 (Sistema de Gestão de Ética).

CAPÍTULO III FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Seção I Missão, Visão e Valores

Art. 26. A seguir, apresentam-se a Missão, a Visão de Futuro e os Valores da FAB, em conformidade com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER (PCA 11-47):

I - Missão: “Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria”;

II - Visão: “Uma Força Aérea de grande efeito dissuasório, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais”; e

III - Valores: “Disciplina, Patriotismo, Integridade, Comprometimento e Profissionalismo”.

Seção II Setor de Atuação

Art. 27. De acordo com o art. 142 da CF/1988, As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da

República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Seção III

Mapa Estratégico

Art. 28. O Mapa Estratégico da FAB é composto por quatro perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento, e Recursos) que estão ligadas a um conjunto específico de objetivos estratégicos a serem alcançados pela instituição, conforme detalhado no Anexo IV desta Diretriz.

Art. 29. A Integridade Institucional no âmbito do COMAER, promovida pelo Programa de Integridade, perpassa todas as quatro perspectivas e seus respectivos eixos. Isso se deve à sua característica basilar da transversalidade, porquanto a observância dos valores éticos deve permear todas as atividades da instituição.

Seção IV

Estrutura Organizacional

Art. 30. A FAB tem sua estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.237/2022, devidamente composta pelos seguintes órgãos:

I - Órgão de Direção-Geral (ODG): Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

II - Órgãos de Assessoramento Superior: Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM) e Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA);

III - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica: Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica (ASPAER), Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER), Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) e Secretaria de Avaliação e Promoções (SECPROM);

IV - Órgãos de Direção Setorial (ODS): Comando-Geral de Apoio (COMGAP), Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), Comando de Preparo (COMPREP), Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA);

V - Organizações Militares da Aeronáutica (OM); e

VI - Entidades Vinculadas: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAER) e NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil).

Art. 31. O Organograma da FAB consta do Anexo XI desta DCA.

CAPÍTULO IV

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 32. O art. 3º do Decreto nº 11.529/2023, que institui o Sitai, estabelece que o Programa de Integridade é o “conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional”.

Art. 33. Em outras palavras, o PROINT é uma estrutura de incentivos organizacionais, positivos e negativos, que visa a orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público, não se destinando, portanto, somente à prevenção de ações negativas, mas também ao fortalecimento das boas práticas atinentes à Ética e à Moral.

Art. 34. Não obstante, é importante ressaltar que toda e qualquer iniciativa ou ação que contribua para o fortalecimento das Funções de Integridade do COMAER (nove esferas), presente ou futura, integra o Programa de Integridade, mesmo não estando descrita neste Plano.

Art. 35. Instituir um Programa de Integridade não significa lidar com um assunto novo, mas valer-se de temas já conhecidos pelas organizações de maneira mais sistematizada. Nesse sentido, os instrumentos de um PROINT incluem diretrizes presentes nas atividades, programas e políticas de auditoria interna, de correição, de ouvidoria, de transparência, de gestão de riscos e de conduta ética, organizadas e direcionadas para a promoção da Integridade Institucional.

Art. 36. O Programa de Integridade possui primordialmente o enfoque preventivo, pois visa de maneira precípua à diminuição dos riscos de quebra de integridade da organização. Caso ocorra algum desvio, o Programa deve identificar e corrigir a falha de maneira célere e eficiente.

Art. 37. Nesse diapasão, o Decreto do Sitai reforça que o PROINT tem o objetivo de “promover a conformidade de condutas, a transparência, a priorização do interesse público e uma cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade”.

Art. 38. Sendo assim, para a construção de um Programa robusto e efetivo, é necessário compreender os seus eixos estruturantes, uma vez que servem de base para o desenvolvimento de ações constantes do Plano de Integridade.

Seção I

Eixos do Programa de Integridade

Art. 39. Para a adequada estruturação de um Programa de Integridade, é importante que sejam incorporados os quatro eixos, representados no Anexo V desta DCA, que darão o suporte necessário para a sua aplicabilidade:

I - Comprometimento e Apoio da Alta Administração: são condições indispensáveis para promover uma cultura ética, garantir o respeito às leis e implementar políticas de integridade, sendo essenciais para o funcionamento efetivo de um PROINT. No contexto do COMAER, isso se traduz na aprovação da DCA 16-3 “Plano de Integridade da FAB”, que estabelece o Programa de Integridade e o apoio à implementação de suas ações e iniciativas.

II - Instância Responsável:

a) para garantir o desenvolvimento eficiente do Programa de Integridade, é necessário que exista uma instância responsável pelo acompanhamento, monitoramento e gestão das ações e medidas de integridade a serem implementadas e fortalecidas, denominada Unidade Setorial de Integridade (USI); e

b) no COMAER, a USI foi instituída em 2018, com a denominação de Unidade de Gestão de Integridade (UGI), sendo suas atribuições desenvolvidas pelo Escritório de Governança Institucional (EGI) do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

III - Análise de Riscos de Integridade: um Programa de Integridade deve ser orientado por uma contínua identificação, análise e avaliação dos riscos à integridade, aos quais os órgãos e entidades públicas estão expostos, uma vez que somente ao compreender suas áreas e processos mais vulneráveis, é possível criar controles e adaptar os já existentes de forma efetiva.

IV - Monitoramento Contínuo: visa a proporcionar dinamismo e a promover a constante atualização das iniciativas do Programa de Integridade, ajustando-as conforme novas necessidades, riscos e processos que possam vir a surgir ao longo do tempo. Esse processo deve envolver a atuação sinérgica de todas as Organizações que desempenham Funções de Integridade (Anexo II) e a adoção de uma abordagem baseada em riscos.

Seção II

Funções do Programa de Integridade

Art. 40. O inciso III do art. 3º do Decreto nº 11.529/2023 estabelece que as Funções de Integridade são atividades constantes dos “sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras essenciais ao funcionamento do programa de integridade”.

Art. 41. No âmbito do COMAER, as Funções de Integridade são representadas por um ciclo composto por nove esferas que compõem o Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira (PROINT-FAB). Esse ciclo, representado no Anexo II, inicia-se na prevenção com a promoção de valores éticos, culminando na correição de atos antiéticos, isto é, nas responsabilizações administrativa e penal.

Subseção I

Promoção dos Valores Éticos

Art. 42. No tocante à função “Promoção dos Valores Éticos” no COMAER, a principal ação é o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV), regulamentado pelo MCA 909-1.

§ 1º O PFV consiste num conjunto de ações que norteiam as atividades a serem desenvolvidas por todas as OM do COMAER, visando a promover o bem-estar (mental, físico, social e espiritual) dos militares, contribuir para o aprimoramento profissional e alcançar níveis ótimos de desempenho e excelência profissional.

§ 2º A abordagem “Formação” está canalizada para o Corpo Discente das Organizações de Ensino e dos Elos do Sistema de Ensino (SISTENS), que são responsáveis pela formação e adaptação militar, a qual envolve um esforço colaborativo de todos os participantes na

formação dos alunos, utilizando um enfoque sistêmico, complementar e simultâneo dos valores propostos.

§ 3º O aspecto “Fortalecimento” está direcionado para o efetivo das OM, em todos os níveis, a fim de reforçar a importância e a necessidade de manter os valores fundamentais que orientam a vida dos militares da Força Aérea Brasileira ao longo de suas carreiras, que são parte essencial da Cultura Organizacional da Instituição.

§ 4º Além disso, o Conselho de Ética Militar (CEM) do COMAER realiza reuniões semestrais para analisar indicadores, revisar propostas de aprimoramento coletadas por intermédio do Relatório de Aperfeiçoamento de Integridade (RAI), acompanhar as ações vinculadas ao Plano de Enfrentamento ao Uso de Drogas, coordenar estudos, análises e recomendações sobre Ética Militar, estabelecer estratégias para campanhas de promoção da Integridade, entre outras atividades.

Subseção II

Transparência

Art. 43. A Transparência Ativa (divulgação de dados e informações pelos órgãos públicos) e a Transparência Passiva (disponibilização de dados e informações pelos órgãos públicos após solicitação do cidadão) devem servir como as bases fundamentais de toda ação pública.

Art. 44. As Instituições que demonstram alto nível de maturidade em transparência são consideradas mais confiáveis, pois permitem a supervisão mais eficaz das atividades públicas, promovendo, assim, a democracia e aumentando a eficiência e a eficácia administrativa.

Art. 45. Com a promulgação da Lei nº 12.527/2011 (LAI), os órgãos públicos passaram a ter a obrigação de divulgar informações de interesse coletivo ou geral de forma proativa. Devem ser disponibilizadas em locais de fácil acesso, sem a necessidade de requisição prévia, dentro do escopo de suas competências.

Art. 46. A LAI garante ao cidadão, mediante pedido de acesso à informação, o direito de monitoramento das ações dos agentes públicos, contribuindo para uma administração pública mais transparente. A divulgação pelos órgãos das informações que são demandadas pelos cidadãos está inserida no contexto da Transparência Passiva.

Art. 47. Nessa conjuntura, com vistas a fomentar o tema da Transparência e do Acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal, em 2023, o Sistema de Integridade do Poder Executivo federal (Sipef) foi ampliado e substituído pelo Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai).

Art. 48. O Sitai estabelece a Política de Transparência e Acesso à Informação dos Órgãos Federais, que abrange tanto a Transparência Ativa quanto a Passiva. Além disso, promove a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública, visando a estimular pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e a participação da sociedade no monitoramento e na melhoria de políticas e serviços públicos.

Art. 49. No COMAER, a Transparência Ativa é reforçada pelo Portal da FAB, que disponibiliza as informações sob sua responsabilidade. Esse sítio é atualizado conforme as determinações normativas, o Guia de Transparência Ativa (GTA) da CGU e as necessidades

identificadas pela instituição e pelo controle social, garantindo o cumprimento das obrigações legais.

Art. 50. Já a Transparência Passiva é realizada pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), que inclui o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e o Sistema de Ouvidoria (e-Ouv), utilizando a Plataforma Integrada do Fala.BR da CGU como uma ferramenta obrigatória.

Art. 51. Nesse contexto, sempre que possível, as perguntas recorrentes dos cidadãos, dentro do escopo da Transparência Passiva, devem ser incluídas em Transparência Ativa. Em consonância a isso, o CECOMSAER (OM responsável pela execução da Transparência Ativa e Passiva do COMAER) deve atualizar regularmente o enlace de “Perguntas Frequentes” do Portal da FAB.

Art. 52. Por sua vez, a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, estabelecida pelo Decreto nº 8.777/2016, é aplicada no COMAER conforme os parâmetros definidos no seu Plano de Dados Abertos - PDA (PCA 7-118).

Art. 53. Em relação à temática “Transparência” na FAB, as responsabilidades são delimitadas da seguinte forma:

I - EMAER, por meio do EGI: responsável por monitorar e supervisionar a execução das ações e medidas relacionadas à Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, atuando como Autoridade de Monitoramento da LAI (art. 40 da LAI e § 4º do art. 5º do Sitai).

II - EMAER, por meio da Sexta Subchefia (6SC): responsável pela coordenação e acompanhamento do Plano de Dados Abertos do COMAER;

III - CECOMSAER: responsável pela execução e promoção das Transparências Ativa e Passiva;

IV - Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI): responsável pelas soluções técnicas relacionadas aos metadados do "dados.gov.br" e pela gestão da tecnologia da informação, assegurando a entrega e a forma de disponibilização dos dados, além de fornecer ferramentas para facilitar a sua transformação.

V - ODGSA: responsáveis por subsidiar o CECOMSAER com as informações necessárias afetas aos assuntos relacionados às Transparências Ativa e Passiva, bem como pela coordenação do processo de abertura de dados como estabelecido no Plano de Ação do PDA; e

VI - Comitê de Governança Digital, de Segurança da Informação e de Proteção de Dados (CGDSIPD): responsável pela deliberação do Plano de Dados Abertos do COMAER.

Subseção III

Ouvidoria

Art. 54. Com a publicação da Lei nº 13.460/2017, conhecida como Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público, regulamentada pelo Decreto nº 9.492/2018, foi fortalecida a legitimidade do serviço de ouvidoria. Essa legislação instituiu o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SisOuv) e definiu diretrizes para o tratamento adequado das manifestações dos cidadãos, com o objetivo de assegurar a efetiva resolução de denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões, por parte da sociedade.

Art. 55. No âmbito do COMAER, as denúncias são recebidas pelo CECOMSAER, por meio do Canal Único Fala.BR da CGU, que é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Se a natureza da denúncia estiver ligada a uma possível gestão irregular de recursos públicos por pessoa física ou ato lesivo de pessoa jurídica contra a administração pública, ela será encaminhada ao CENCIAR, a fim de que este a direcione ao ODGSA hierarquicamente superior à Organização Militar mencionada na denúncia.

Art. 56. Além disso, diante da nova forma de participação direta da sociedade na avaliação e melhoria dos serviços públicos, o Decreto nº 10.228/2020, que alterou o Decreto nº 9.492/2018, estabeleceu o Conselho de Usuários de Serviços Públicos.

Art. 57. O Conselho de Usuários é composto por cidadãos que desejam participar da avaliação dos serviços públicos e se inscrevem voluntariamente na Plataforma Virtual do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, desenvolvida pela CGU.

Parágrafo único. No âmbito do COMAER, cabe ao CECOMSAER a coordenação e a operacionalidade das atividades do Conselho de Usuários.

Subseção IV

Gestão de Riscos

Art. 58. A Gestão de Riscos é a espinha dorsal do PROINT-FAB, uma vez que é a forma mais efetiva de se monitorar, avaliar e direcionar o aprimoramento da Integridade Institucional, por meio da identificação e análise dos riscos à Integridade, bem como pela implementação das respectivas medidas de tratamento.

Art. 59. Nesse sentido, busca-se promover a cultura de Integridade Institucional, a qual vai além de normas rígidas, adotando-se uma abordagem estratégica para a gestão de riscos. Isso inclui identificar falhas nos controles e implementar mecanismos eficazes para o monitoramento contínuo dos riscos.

Art. 60. O Órgão Central do Sitai (CGU) corrobora com a visão de que a gestão de riscos para a integridade é uma ferramenta que permite aos agentes públicos o mapeamento dos processos de sua instituição, identificando vulnerabilidades que possam resultar em atos antiéticos, fraudes e corrupção. Com base nessa identificação, é possível implementar mecanismos preventivos e eficazes para proteger a integridade do órgão.

Art. 61. A gestão de riscos não deve ser uma mera formalidade, mas um meio de alcançar a boa governança, fundada nos princípios da integridade, *accountability* e transparência. Para que haja mudança de cultura, esse mecanismo não pode ser visto como mais um processo burocrático inefetivo no combate aos atos antiéticos. Para tanto, é essencial que haja comprometimento de todo o efetivo e, inclusive, daqueles que eventualmente prestem serviços para o COMAER.

Art. 62. No âmbito da FAB, a metodologia de Gestão de Riscos é descrita na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) 16-2, a qual preconiza as etapas do gerenciamento de riscos descritas no Anexo IV.

Art. 63. A seguir, são elencados alguns exemplos de riscos para a Integridade Institucional:

I - Conflito de Interesses (Anexo IX):

a) a Lei nº 12.813/2013 regulamenta o conflito de interesses no exercício de cargos ou empregos no Poder Executivo federal, bem como os impedimentos após o término do exercício do cargo ou emprego;

b) o art. 3º da mencionada Lei ratifica que um conflito de interesses ocorre quando há um confronto entre interesses públicos e privados que pode comprometer o interesse coletivo ou influenciar de forma imprópria o desempenho da função pública;

c) a configuração do conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro;

d) cabe destacar que, conforme o inciso I do art. 6º da Lei nº 12.813/2013, as informações sigilosas obtidas em razão do cargo não podem ser usadas ou divulgadas em qualquer momento, mesmo após a “quarentena” de seis meses;

e) o ato descrito na alínea anterior não deve ser confundido com os crimes mais graves previstos nos artigos 143 e 144 do Código Penal Militar. Nestes crimes, o autor não está apenas obtendo vantagens pessoais, mas também colocando em risco a segurança externa do País;

f) configuram-se conflito de interesses os seguintes casos:

1. uso de informação privilegiada;
2. relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão;
3. atividade privada incompatível com o cargo;
4. atuar como intermediário junto à administração;
5. praticar ato em benefício de pessoa jurídica (em que participe o servidor ou parente);
6. receber presente de quem tenha interesse em decisão; e
7. prestar serviços a pessoa jurídica sob regulação do órgão.

g) o Anexo IX apresenta o fluxo preconizado para prevenção de conflito de interesses no COMAER, caso haja dúvida se determinada atividade a ser desenvolvida por militar ou servidor civil se enquadre nesse caso.

II - Nepotismo (Anexo X):

a) o Decreto nº 7.203/2010 dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal. O nepotismo ocorre quando agentes públicos utilizam suas posições para nomear, contratar ou favorecer parentes, seja por vínculo consanguíneo ou de afinidade, em violação aos princípios constitucionais da impessoalidade administrativa. Exemplos de nepotismo incluem a contratação indevida de familiares por meio de processos licitatórios, a subordinação imediata entre familiares e a relação de parentesco entre o fiscal de contrato e o terceirizado;

b) o nepotismo pode ser presumido ou depender de apuração específica.

1. nepotismo presumido: refere-se à contratação de familiares para cargos em comissão e funções de confiança, bem como para vagas de estágio e para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público. Também inclui a contratação de pessoa jurídica de um familiar por um agente público responsável por uma licitação; e

2. apuração específica: inclui situações mais complexas que requerem investigação específica, tais como: nepotismo cruzado; contratação de familiares para prestação de serviços terceirizados; e nomeações ou contratações não previstas expressamente em lei.

c) no caso da FAB, quase a totalidade dos cargos são ocupados por profissionais concursados, de carreira ou temporários, tendo sido designados para funções de acordo com sua posição hierárquica ou especialidade, o que reduz significativamente a probabilidade de ocorrência de nepotismo;

d) no caso específico dos concursos e avaliações para militares temporários, assim como para civis, especialmente na condição de professores das instituições de ensino, a comissão de fiscalização e avaliação atesta, oficialmente, que não possui parentes até terceiro grau concorrendo a uma das vagas previstas. Além disso, são seguidos rigorosamente os critérios de pontuação para os currículos apresentados, garantindo-se, assim, a transparência e a integridade do processo seletivo;

e) além das situações previstas no decreto mencionado, no âmbito do COMAER, entende-se que devem ser evitadas situações em que familiares até o terceiro grau sejam subordinados diretos de seus Chefes ou Comandantes. Em tais casos, deve-se interpor uma função intermediária entre os familiares, especialmente quando há apenas uma Organização Militar na localidade; e

f) a verificação da existência de relações de subordinação direta entre parentes nas OM é uma boa prática de integridade. Embora não configure nepotismo segundo a lei, essa medida é essencial para se evitarem distorções no processo anual de avaliação de desempenho, que afeta diretamente o fluxo de carreira e a indicação para cursos e funções relevantes.

III - Pressão ilegal ou antiética para influenciar militar ou servidor civil: entende-se por pressões explícitas ou implícitas de natureza hierárquica (interna), de colegas de trabalho (organizacional) e política ou social (externa), que podem influenciar indevidamente a atuação do militar ou servidor civil.

IV - Solicitação ou recebimento de vantagem indevida: é caracterizada por qualquer ação em que uma pessoa, em posição de poder ou influência, pede ou aceita benefícios pessoais que não são devidos a ela, em troca de favores ou decisões que beneficiem a outra parte. Esses benefícios podem ser financeiros, materiais ou de qualquer outra natureza, desde que impliquem o oferecimento ou recebimento de vantagem indevida.

V - Utilização de recursos públicos em favor de interesses privados: apropriação indevida, irregularidades em contratação pública ou outras formas de utilização de recursos públicos para uso próprio (exemplo: uso de viaturas oficiais, uso de equipamentos e materiais de escritório, entre outros).

VI - Abuso de poder ou posição: compreende condutas contrárias ao interesse público, valendo-se de sua condição profissional (cargo ou função), em benefício próprio ou de terceiros.

VII - Uso indevido ou vazamento de informação sigilosa: divulgação de informação que possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, inclusive os previstos nos artigos 143 e 144 do Código Penal Militar, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem de pessoas.

VIII - Fraude de qualquer natureza: determinado comportamento ou ação que possui a intenção de ludibriar outrem (exemplo: falsificação de documento, criação de identidade falsa, simulação de fatos, sonegação de informações, entre outros).

IX - Riscos associados ao uso indevido de substâncias psicoativas:

a) Danos Físicos:

1. Toxicidade orgânica: muitas substâncias psicoativas têm efeitos tóxicos no organismo, podendo causar danos a órgãos vitais, como fígado, rins, pulmões e coração; e

2. Overdose: ocorre quando há o consumo (ingestão, inalação ou injeção) de uma substância psicoativa maior do que o organismo consegue metabolizar ou eliminar adequadamente, sendo uma emergência médica que requer atenção imediata.

b) Problemas de Saúde Mental:

1. Dependência: muitas drogas têm potencial para causar dependência, levando a um ciclo de uso compulsivo; e

2. Problemas psiquiátricos: o uso de algumas substâncias está associado a distúrbios psiquiátricos, como ansiedade, depressão e psicose.

c) Riscos Comportamentais:

1. Comportamento de risco: os comportamentos de risco comprometem a integridade física e moral de uma pessoa, tendo como exemplos: sexo sem proteção, acidentes de trânsito e envolvimento em atividades criminosas; e

2. Prejuízo no desempenho escolar e profissional: afeta o funcionamento cognitivo, acarreta prejuízos na memória e na concentração, atrasos ou ausências e, muitas vezes, o abandono escolar ou profissional.

d) Consequências jurídicas: o uso de drogas legais, como o álcool, e drogas ilegais, pode resultar em prisão, multas e outras penalidades.

e) Consequências Sociais:

1. Isolamento social: uso de drogas pode levar ao isolamento social, pois as relações com amigos, familiares e colegas, na maioria das vezes, são prejudicadas, levando à solidão e alienação;

2. Estigma e discriminação: usuários de substâncias psicoativas podem enfrentar estigma e discriminação, o que pode afetar sua qualidade de vida e autoestima; e

3. Problemas financeiros: o uso de substâncias psicoativas pode ser financeiramente exigente, ocasionando dificuldades financeiras, pois quem as consome tende a gastar grandes quantias de dinheiro para sustentar o hábito, o que pode resultar em dívidas, comprometimento do orçamento familiar e instabilidade financeira.

f) Risco de Morte: Diferentes classes de drogas apresentam diferentes riscos à saúde e podem levar a complicações fatais, como overdose, depressão respiratória, parada cardíaca, traumas, acidentes e até mesmo o suicídio.

X - Outros riscos específicos para a Integridade Institucional:

a) uso indevido, vazamento, manipulação ou falsificação de informação: qualquer forma de manejo impróprio ou ilegal de informações sensíveis ou confidenciais;

b) Descumprimento dos princípios e normas que possivelmente possam comprometer a Transparência ativa e passiva;

c) ausência de proteção de dados de forma proposital: falta intencional de medidas adequadas para assegurar a segurança dos dados sensíveis, em favor de interesses particulares;

d) recebimento de presentes: aceitação de presentes que não se enquadrem nas exceções legais. O tema é tratado na Seção III do Capítulo VI desta DCA.

e) desvio de pessoal ou de recursos materiais para interesses privados: utilização inadequada de recursos materiais ou de pessoal para fins particulares;

f) especificação de requisitos em editais de licitação para atender preferências particulares do agente público: ajustes nos editais para atender as vontades pessoais do gestor público, sem a devida fundamentação legal;

g) alterações de passagens que resultem em maiores custos para a administração, a fim de atender necessidades particulares, sem a devida justificativa legal;

h) não devolução de pagamento indevido: ausência de restituição de valores pagos indevidamente a pessoal, após a constatação do erro;

i) uso das redes sociais para divulgar informações internas: divulgação de informações internas ou realização de palestras e consultorias, em nome da FAB, sem a devida autorização;

j) conduta que demonstre discriminação: ações que evidenciem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e crença, que causem constrangimento no ambiente de trabalho; e

k) assédios moral e sexual: práticas de assédios moral e sexual estabelecidas na ICA 30-13.

Art. 64. Os riscos descritos no artigo anterior são meramente exemplificativos, e não exaustivos. Cada Organização Militar deve realizar sua própria gestão de riscos, conforme estipulado na DCA 16-2, a fim de identificar e tratar os riscos para a integridade de acordo com as suas especificidades.

Art. 65. A atuação do EGI do EMAER, na sua função de USI-FAB, dar-se-á na coordenação da estruturação da gestão de riscos para a integridade, no monitoramento do PROINT-FAB e no suporte às OM, oferecendo orientações sobre o tratamento dos riscos para a integridade.

Art. 66. Dessa forma, para evitar que os riscos de integridade se concretizem, esta DCA estabelece, no Anexo XIV, algumas Medidas de Tratamento dos Riscos para a Integridade e seus respectivos prazos de implementação, com o objetivo de fortalecer a Governança do COMAER e proteger a imagem institucional da FAB.

Subseção V

Controles Internos

Art. 67. De acordo com a Instrução Normativa (IN) Conjunta MP/CGU nº 01/2016 do Ministério do Planejamento e da Controladoria-Geral da União, os controles internos da gestão compreendem um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações. Têm como objetivo mitigar os riscos que possam impedir o fomento da ética, o cumprimento das obrigações de *accountability*, a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, e a salvaguarda dos recursos públicos.

Art. 68. No âmbito do COMAER, os gestores das OM são considerados os "proprietários" dos controles internos. Esses agentes fazem parte da Primeira Linha do Modelo das Três Linhas, defendido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA) e descrito na DCA 16-2. Eles são responsáveis por estabelecer e manter os controles necessários para assegurar a conformidade, prevenir falhas de controle, processos inadequados e eventos inesperados.

Art. 69. A definição e a operacionalização dos controles internos devem levar em conta os riscos que se pretendem mitigar, tendo em vista os objetivos de cada Organização Militar. Além dos controles internos implementados pela Primeira Linha (gestores das OM), a Segunda Linha (ODSA) deve supervisionar e monitorar esses controles, assegurando sua eficácia e auxiliando os gestores na eliminação dos controles inadequados.

Art. 70. Cabe ao CENCIAR, como Terceira Linha, avaliar o funcionamento dos controles internos da gestão e o cumprimento de recomendações de auditoria, observado o disposto nas Instruções Normativas CGU nº 03/2017 e nº 08/2017.

Subseção VI

Auditoria Interna Governamental

Art. 71. A Auditoria Interna Governamental (AIG), como atividade componente dos mecanismos de controle e fiscalização, estabelecida na Constituição Federal de 1988, tem o objetivo de agregar valor à gestão da Unidade auditada, garantindo a transparência, a integridade, a prestação de contas e a responsabilidade pelos atos tomados pela administração, o que contribui significativamente para a melhoria contínua dos processos e procedimentos da gestão.

Art. 72. De acordo com a IN Conjunta nº 01/2016, a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva, voltada para agregar valor e aprimorar as operações de uma organização. Ao realizar suas funções de avaliação e consultoria, a auditoria interna visa a fortalecer os controles internos, tornando-os mais eficientes e eficazes na mitigação dos principais riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais.

Art. 73. A atividade de avaliação, precipuamente, tem a finalidade de analisar os atos da gestão com base em evidências, emitindo relatórios imparciais acerca de possíveis achados de auditoria. Assim, a AIG deve proporcionar uma avaliação construtiva à gestão, visando a mitigar os riscos de impropriedade, ilegalidade, atos antiéticos, fraude e corrupção, apoiando-se nas evidências documentais decorrentes de seus trabalhos.

Art. 74. Por outro lado, a atividade de consultoria desempenha um papel estratégico na melhoria da eficiência e transparência da gestão, fornecendo orientações equânimes, devidamente amparadas em normas vigentes e na *expertise* dos auditores.

Art. 75. Em consonância com as Normas Internacionais para as Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), destaca-se que a atividade de consultoria pode ser dividida em quatro importantes serviços: assessoramento, orientação, treinamento e facilitação, os quais são projetados para oferecer recomendações que visam a aprimorar a eficiência da gestão, sem que a Auditoria Interna participe diretamente das tomadas de decisões, evitando, assim, a cogestão.

Art. 76. No âmbito do COMAER, o CENCIAR tem a missão de fornecer avaliações, baseadas em riscos, bem como consultorias, conforme estabelecido no Plano de Auditoria Interna (PAINT).

Subseção VII

Prestação de Contas e Responsabilidade (Accountability)

Art. 77. Entende-se por *accountability*, que foi traduzida para o português pelo Dec. 9.203/2017 como Prestação de Contas e Responsabilidade, a obrigação dos agentes e organizações que gerenciam recursos públicos de assumir integralmente as responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, inclusive sobre as consequências de seus atos e omissões.

Art. 78. No âmbito do COMAER, a Portaria GABAER nº 189/GC4, publicada em 2021, dispõe sobre a sistemática de prestação de contas do COMAER ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 79. Cabe ao EMAER orientar e coordenar a organização e a apresentação das prestações de contas dos administradores e responsáveis do COMAER, para fins de julgamentos realizados pelo TCU.

Art. 80. Além disso, ao EMAER, em coordenação com os ODSA, compete divulgar as seguintes informações:

I - os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão do COMAER e, se for o caso, ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior;

II - o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício e a capacidade de continuidade em exercícios futuros;

III - os programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulados no exercício;

IV - o relatório de gestão; e

V - o rol de responsáveis.

Art. 81. Para garantir a *accountability* no COMAER, é essencial que todas as Organizações Militares (OM), em suas respectivas atividades, estejam ativamente envolvidas na

divulgação de dados de interesse público e assumam a responsabilidade por suas ações. Isso inclui não apenas a transparência em relação a resultados e decisões, mas também o compromisso contínuo com a prestação de contas, garantindo que a sociedade tenha acesso a informações claras, precisas e confiáveis e possa, assim, confiar na integridade e eficiência das operações da FAB.

Subseção VIII **Responsabilidade Administrativa**

Art. 82. No COMAER a autoridade judiciária é exercida por cada Comandante de OM que tem o poder de instaurar os seguintes procedimentos de apuração acerca de fato que implique mácula ética ou desvio de conduta:

I - Processo de Apuração de Transgressão Disciplinar (PATD), no caso de transgressão disciplinar de militar;

II - Processo Administrativo Disciplinar (PAD), na hipótese de infrações funcionais dos servidores civis; e

III - Sindicância, se as informações disponíveis ainda não esclarecem acerca da possível autoria ou da natureza dos atos.

Art. 83. Em relação à Responsabilidade Administrativa Disciplinar dos militares, o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica - RDAer (Decreto nº 76.322/1975) prevê uma série de desvios de conduta que são vedados aos militares da FAB, tanto no ambiente profissional, quanto na esfera pessoal, e que são de baixo potencial ofensivo e não chegam a ser considerados crimes.

Parágrafo único. A ICA 111-6 regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação da punição disciplinar.

Art. 84. No caso de desvios comportamentais dos servidores civis, o procedimento de apuração segue o rito previsto na NSCA 40-1 (Controle dos Processos Administrativos Disciplinares e das Sindicâncias Punitivas no Âmbito do Comando da Aeronáutica) e na ICA 110-5 (Organização e Funcionamento do Sistema de Gestão de Atividade Correcional de Servidores Civis).

Parágrafo único. Não obstante ao fato de o poder de punição disciplinar estar assentada na figura do Comandante da Organização Militar, a Divisão do Pessoal Civil (DPC) do COMGEP é a unidade responsável pela coordenação das ações ligadas à correição do pessoal civil, tais como coordenar o cadastramento dos processos no sistema CGU-PAD.

Art. 85. No tocante à Responsabilidade Administrativa de Pessoas Jurídicas, a Instrução Normativa CGU nº 13/2019, alterada pela Portaria Normativa CGU nº 54/2023, define os procedimentos para a apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

§ 1º No âmbito do Poder Executivo federal, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, observará o disposto naquela instrução normativa, em consonância com o disposto na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, regulamentada por meio do Decreto nº 8.420/2015, que, posteriormente, fora revogado pelo Decreto nº 11.129/2022.

§ 2º O PAR-PJ (Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica) é o instrumento utilizado para apurar a responsabilidade de pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a administração pública, conforme previsto na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Sua instauração e julgamento cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

§ 3º No âmbito do COMAER, a competência para instaurar a Investigação Preliminar (IP) e os Processos Administrativos de Responsabilização de entes privados (PAR) é do CMTAER, sendo esses procedimentos regulados pela ICA 110-3.

Art. 86. Além disso, cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece diversas responsabilidades no âmbito da contratação de serviços e bens públicos. A legislação também incentiva a adoção de programas de integridade pelos licitantes, visando a fortalecer o combate a fraudes e promover a conformidade com as normas aplicáveis. Dentre essas responsabilidades, destacam-se:

I - o licitante ou contratado será administrativamente responsabilizado, caso realize fraude durante o processo licitatório, cometa atos fraudulentos na execução do contrato, adote conduta inidônea ou pratique atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

II - para a aplicabilidade das sanções previstas na referida lei, deve-se considerar a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e

III - admite-se a reabilitação do licitante ou contratado perante a autoridade que aplicou a penalidade. No entanto, para as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos incisos VIII: “apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato” e XII: “praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013”, será exigida, como condição para a reabilitação, a implementação ou aprimoramento de um programa de integridade pelo responsável.

Art. 87. Relativamente às denúncias recebidas pelo Canal Fala.BR, quando comprovada a ocorrência de danos ao Erário, cabe ao CENCIAR o direcionamento da apuração e a implementação de procedimentos de responsabilização, envolvendo a instauração de processo administrativo, observado, no mínimo, o disposto na Portaria CGU nº 1.196, de 23 de maio de 2017, conforme o inciso VI do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

Art. 88. Outrossim, são também procedimentos administrativos de natureza disciplinar o Conselho de Disciplina e o Conselho de Justificação, independente de ação penal, podendo, entretanto, tornar-se peça a ser utilizada na instrução de processo criminal na Justiça Militar, caso as acusações provadas e consideradas procedentes constituam ilícitos penais militares.

Art. 89. O Conselho de Justificação é um procedimento previsto pela Lei nº 5.836/1972, sendo regulado no COMAER pela ICA 111-5.

§ 1º O Conselho de Justificação é destinado a julgar, por meio de processo especial, da incapacidade do oficial das Forças Armadas - militar de carreira - para permanecer na ativa, podendo, também, ser aplicado ao oficial da reserva remunerada ou reformado, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra.

§ 2º A nomeação do Conselho de Justificação é da competência do CMTAER.

Art. 90. O Conselho de Disciplina é previsto pelo Decreto nº 71.500/1972, sendo regulado no COMAER pela ICA 111-4.

§ 1º O Conselho de Disciplina se destina a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial e das demais praças das Forças Armadas com estabilidade assegurada, para permanecerem na ativa, e desses mesmos militares, reformados ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontrem.

§ 2º A nomeação do Conselho de Disciplina, por deliberação própria ou por ordem superior, é da competência:

I - de Oficial-General, em função de comando, direção ou chefia mais próxima na linha de subordinação direta do Aspirante a Oficial ou Suboficial da ativa a ser julgado;

II - do Comandante do Comando Aéreo Regional (COMAR) a que estiver vinculada a Praça, da reserva remunerada ou reformada a ser julgada; ou

III - do Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário de Organização Militar (OM) ou autoridade em atribuições disciplinares equivalentes, no caso das demais praças com estabilidade assegurada.

Subseção IX

Responsabilidade Penal

Art. 91. Conforme prevê o art. 7º do Decreto nº 1.002/1969 (CPPM), atualizado para a nomenclatura organizacional atual pelo item 2.3 da ICA 111-1, a Polícia Judiciária Militar é exercida pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

I - pelo Comandante da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação aos órgãos que constituem o COMAER, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro;

II - pelo Comandante do Comando Aéreo, em sua região de responsabilidade, nas OM e órgãos a ele vinculados;

III - pelo Comandante da Guarnição, em sua área de atuação, nas OM e órgãos a ela vinculados;

IV - pelo Chefe do Gabinete do Comando da Aeronáutica, nos órgãos e serviços que lhes são subordinados; e

V - pelos Comandantes, Diretores e Chefes das OM.

Art. 92. Nos termos do art. 8º do CPPM, regulado pelo item 2.2 da ICA 111-1, destacam-se as seguintes competências da Polícia Judiciária Militar:

I - apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria;

II - prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público Militar as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas;

III - cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar;

IV - representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado;

V - cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos presos sob sua guarda e responsabilidade, bem como as demais prescrições do CPPM e da Lei de Execução Penal;

VI - solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que estejam a seu cargo;

VII - solicitar às polícias e às repartições técnicas as pesquisas e exames necessários para instruir a apuração; e

VIII - atender, com observância dos regulamentos militares, o pedido de apresentação de militar ou servidor do COMAER à autoridade civil competente, desde que legal e fundamentado o pedido.

Art. 93. No caso de crime, o Comandante da OM é o responsável por instaurar o Inquérito Policial Militar (IPM), o qual é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configura crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

Art. 94. Especificamente quanto à Responsabilidade Penal, o Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001/1969) tutela os bens jurídicos ligados à Instituição Militar, porquanto define quais são as condutas consideradas como crimes militares, elencando uma série de tipos penais, dentre os quais muitos já previstos no Código Penal, mas com uma previsão de penas maiores.

Art. 95. O tratamento mais rígido dado pelo Código Penal Militar aos desvios de conduta dos militares, somado à celeridade da Justiça Militar, proporciona um nível satisfatório de segurança jurídica para que a Autoridade Judiciária Militar possa coibir os ilícitos no seio da Instituição Militar.

Art. 96. A Responsabilidade Penal também abrange o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) ou Direito Internacional Humanitário (DIH). O julgamento dos crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra e de agressão são de competência do Tribunal Penal Internacional, conforme previsto no Estatuto de Roma, ratificado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.

CAPÍTULO V ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DA INTEGRIDADE

Art. 97. A Estrutura da Governança da Integridade do Comando da Aeronáutica pode ser visualizada pelo Diagrama de Inter-relacionamentos das Instâncias de Governança na estrutura organizacional do COMAER (Anexo VII).

Art. 98. Antes de serem elencadas as instâncias de apoio à Integridade, deve-se mencionar os órgãos ligados ao mais alto nível de direção do COMAER: o Comandante da Aeronáutica (CMTAER), o Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM) e o Estado-Maior da Aeronáutica

(EMAER), uma vez que são os principais direcionadores de uma instituição íntegra, que cultiva os valores da Ética Militar.

Art. 99. Em apoio principalmente ao direcionamento do nível estratégico da instituição e com atuação em todo COMAER, listam-se a seguir as instâncias de apoio à Integridade:

- I - Comitê de Governança da FAB (CGov-FAB);
- II - Unidade Setorial de Integridade da FAB (USI-FAB);
- III - Conselho de Ética Militar (CEM);
- IV - Comissão de Ética;
- V - Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR);
- VI - Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER);
- VII - Secretaria de Avaliação e Promoções (SECPRM);
- VIII - Divisão do Pessoal Civil do Comando-Geral do Pessoal Civil (DPC/COMGEP);
- IX - Assessorias de Governanças (AsGov) dos ODSA; e
- X - Comitês Setoriais de Governança (CSG).

Seção I

Comandante da Aeronáutica (CMTAER)

Art. 100. O Dirigente máximo da Instituição, o Comandante da Aeronáutica (CMTAER), é a maior autoridade direcionadora das questões atinentes à Governança e à Integridade, sendo o responsável por aprovar o Plano de Integridade da FAB.

Parágrafo único. Para levar a cabo esse mister, o CMTAER é assessorado, no que for cabível, pelo ALTCOM, pelo CGov-FAB, pelo EMAER e pelos demais órgãos da estrutura de Governança e Integridade.

Seção II

Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM)

Art. 101. O ALTCOM é o órgão colegiado de mais alto nível do COMAER encarregado de assessorar o CMTAER nas suas atribuições de direção e governança da Força, bem como nos assuntos relativos à Concepção Estratégica do COMAER. É constituído pelos Tenentes-Brigadeiros do Ar da ativa, quando no exercício de cargos no Comando da Aeronáutica e no Ministério da Defesa.

Seção III

Comitê de Governança da FAB (CGov-FAB)

Art. 102. O CGov-FAB foi criado por meio de ato do Comandante da Aeronáutica, consignado na Portaria nº 1.738/GC3/2019, em conformidade com o que estatui o Decreto nº 9.203/2017.

§ 1º O CGov-FAB é constituído pelo CMTAER e pelos membros do ALTCOM, sendo a sua presidência exercida pelo Comandante da Aeronáutica, cuja participação, portanto, é indispensável nas reuniões do Comitê.

§ 2º O CGov-FAB tem as seguintes competências:

I - aprovar a implementação de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança;

II - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança (CIG) em seus manuais e em suas resoluções;

III - definir o direcionamento estratégico que norteia as boas práticas de governança, gestão de riscos e indicadores estratégicos, e emitir recomendações para seu aprimoramento;

IV - direcionar o fomento dos princípios e valores fundamentais da Ética Militar condizentes com o fortalecimento da Integridade Institucional;

V - direcionar, monitorar e avaliar o Programa de Integridade da FAB;

VI - aprovar a estratégia da gestão de riscos, monitorar a sua implementação e avaliar o nível de risco institucional, a fim de propor aperfeiçoamentos futuros;

VII - tomar conhecimento e avaliar os riscos que podem comprometer o cumprimento da missão organizacional, com o propósito de adotar a tomada das providências necessárias; e

VIII - incentivar, promover e monitorar o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e da integridade decorrentes de recomendações do próprio Comitê e dos órgãos de controle.

Seção IV

Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)

Art. 103. O EMAER é o Órgão de Direção-Geral (ODG) do COMAER responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientam o preparo e o emprego da Força Aérea. Sua função é assegurar o cumprimento da missão da Aeronáutica, assessorando o CMTAER no exercício de suas atribuições e coordenando as ações envolvendo os Órgãos de Direção Setorial (ODS).

Parágrafo único. Levando-se em conta as suas competências ligadas aos mais relevantes aspectos de Governança e Integridade do COMAER, o EMAER desempenha o papel de Unidade Setorial de Integridade da FAB (USI-FAB).

Seção V

Unidade Setorial de Integridade da FAB (USI-FAB)

Art. 104. O Sitai, instituído pelo Decreto nº 11.529/2023, é sucedâneo do Sipef, regulamentado pelo Decreto nº 10.756/2021, tendo expandido a abrangência deste último, ao incorporar em sua esfera primordial a transparência e o acesso à informação, além de instituir a Política de Transparência e Acesso à Informação.

Art. 105. O Sitai delinea três objetivos macros:

I - coordenar e articular as atividades relativas ao sistema;

II - estabelecer padrões para as práticas e as medidas de integridade, transparência e acesso à informação; e

III - aumentar a simetria de informações e dados nas relações entre o poder público e a sociedade.

Art. 106. Estruturalmente, o sistema é composto pelo Órgão Central, a CGU, e pelas Unidades Setoriais de Integridade, que são aquelas entidades responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação da Administração Pública Federal.

Art. 107. No âmbito do COMAER, a participação no Sitai ocorre por meio da USI-FAB, cujas atribuições são desempenhadas pelo EMAER, por meio do Escritório de Governança Institucional (EGI), como consta no Organograma do Sitai (Anexo VIII).

Art. 108. Além de exercer a função de USI-FAB, o EGI é responsável por coordenar a Governança Institucional no COMAER, por meio dos mecanismos da liderança, estratégia e controle, para avaliar, direcionar e monitorar a gestão de processos, a gestão de riscos, os indicadores estratégicos e a sistemática de acompanhamento institucional do COMAER.

Art. 109. A USI-FAB visa a coordenar e articular as Funções de Integridade (Anexo II), em conjunto com as Organizações Militares que tratam dessas funções essenciais ao funcionamento do Programa de Integridade da FAB.

Art. 110. Por outro lado, é desejável que a USI-FAB não acumule as atividades de execução das Funções de Integridade, mas atue como um coordenador e articulador, assegurando o princípio da segregação de funções. Isso visa a permitir que a Unidade Setorial do Sitai exerça a supervisão de maneira equânime em relação a todos os principais responsáveis pelas Funções de Integridade, não tendo, por conseguinte, determinado viés para alguma área específica.

Art. 111. Em conformidade com o Decreto do Sitai, compete à USI-FAB:

I - assessorar a autoridade máxima do órgão nos assuntos relacionados com a integridade, a transparência e o acesso à informação e com os programas e as ações para efetivá-los;

II - articular-se com as demais unidades do COMAER que desempenhem Funções de Integridade, com vistas à obtenção de informações necessárias à estruturação e ao monitoramento do PROINT-FAB;

III - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;

IV - promover, em coordenação com as áreas responsáveis pelas Funções de Integridade, a orientação e o treinamento, no âmbito do COMAER, em assuntos relativos ao programa de integridade;

V - elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade;

VI - coordenar a gestão dos riscos para a integridade;

VII - monitorar e avaliar, no âmbito do COMAER, a implementação das medidas estabelecidas no plano de integridade;

VIII - propor ações e medidas, no âmbito do órgão, a partir das informações e dos dados relacionados com a gestão do programa de integridade;

IX - avaliar as ações e as medidas relativas ao programa de integridade sugeridas pelas demais unidades do órgão;

X - reportar ao CMTAER, via Chefe do EMAER (CEMAER), as informações sobre o desempenho do PROINT-FAB e informar quaisquer fatos que possam comprometer a Integridade Institucional;

XI - participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sitai;

XII - reportar ao Órgão Central as situações que comprometam o programa de integridade e adotar as medidas necessárias para sua remediação;

XIII - supervisionar a execução das ações relativas à Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

XIV - monitorar o cumprimento das normas de transparência e acesso à informação no âmbito do COMAER;

XV - monitorar as informações sobre os serviços de informação ao cidadão; e

XVI - monitorar para que sejam atualizados o inventário de base de dados e a catalogação dos dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Art. 112. Além das atribuições elencadas no artigo anterior, a USI-FAB é responsável pelas seguintes atividades:

I - elaborar e revisar o Plano de Capacitação dos assuntos atinentes ao PLAIN-FAB;

II - exercer a função da Autoridade de Monitoramento da LAI (AMLAI) no COMAER;

III - emitir orientações quanto à Gestão de Riscos para Integridade Institucional da FAB;

IV - coordenar as ações transversais para o fortalecimento das esferas das Funções de Integridade do COMAER (Anexo II);

V - fortalecer a Política de Prevenção de Assédio Sexual no âmbito do COMAER;

VI - elaborar, periodicamente, o Relatório de Acompanhamento do PROINT-FAB; e

VII - monitorar a implementação das Medidas de Tratamento dos Riscos para a Integridade do COMAER (Anexo XIV).

Art. 113. Atuando como AMLAI, a Unidade Setorial de Integridade do COMAER (UGI/USI) deverá:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas à transparência e ao acesso à informação;

II - avaliar e monitorar as ações atinentes ao cumprimento da LAI;

III - apresentar relatórios anuais ao CMTAER, via CEMAER;

IV - recomendar medidas para a implementação e aperfeiçoamento das normas e procedimentos para cumprimento das normas de transparência e acesso à informação;

V - orientar as OM do COMAER para o cumprimento do disposto na LAI;

VI - fomentar o cumprimento do Plano de Dados Abertos do COMAER; e

VII - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de resposta oriunda da LAI. Considera-se omissão qualquer solicitação de acesso à informação (pedido ou recurso) em tramitação fora do prazo para resposta previsto na Lei de Acesso à Informação.

Seção VI

Conselho de Ética Militar (CEM)

Art. 114. Regulamentado pela DCA 909-2, o CEM, de caráter permanente, tem como atribuição atuar na promoção do bem-estar do profissional nos aspectos mental, social, físico e espiritual, que são os quatro pilares básicos da construção do caráter militar.

Art. 115. O CEM é composto pelos seguintes membros:

I - Presidente: Chefe da Primeira Subchefia (1SC) ou Chefe do Escritório de Governança Institucional (EGI) do EMAER, conforme a antiguidade;

II - Vice-presidente: Chefe da 1SC ou Chefe do EGI do EMAER, conforme a antiguidade;

III - Secretário: Chefe da Seção de Ensino (1SC3) do EMAER;

IV - Adjuntos: Oficial do efetivo da Seção de Governança (EGI1) do EMAER e Oficial do efetivo da 1SC3 do EMAER; e

V - Elos Setoriais, representantes dos seguintes ODSA/OM: COMAE, COMGAP, COMGEP, COMPREP, DCTA, DECEA, SEFA, GABAER, CECOMSAER, CENCIAR, CIAER, INCAER, SECPROM, CDA, DIRAP, DIRENS, DIRSA e IPA.

Art. 116. A atuação do CEM acontece por meio das diretrizes de comando estabelecidas pelos Comandantes, Chefes e Diretores das OM da FAB, de acordo com dados levantados junto à SECPROM, CECOMSAER, DIRSA, IPA, SARA e CDA, valendo-se também do Programa de Formação e Fortalecimento de Valores, que auxilia na edificação dos quatro pilares básicos da construção do caráter militar (mental, física, social e espiritual), de modo preventivo e não corretivo.

Seção VII

Comissão de Ética

Art. 117. Na esfera dos servidores civis do COMAER, foi publicada a Portaria GABAER nº 1.349/GC1, que designa a Comissão de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Comando da Aeronáutica.

Seção VIII

Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR)

Art. 118. O Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) tem por finalidade planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do COMAER, como uma Unidade Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sujeitando-se à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset-MD), sem prejuízo da subordinação administrativa ao COMAER.

Art. 119. O CENCIAR tem o propósito de aumentar e proteger o valor organizacional do COMAER, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco. A essa Unidade de Auditoria Interna Governamental compete:

I - avaliar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e os controles internos da gestão, que consiste em realizar as ações de auditoria interna no âmbito do COMAER, avaliando e prestando consultoria sobre assuntos estratégicos (governança, gestão de riscos e controles internos), e prezando pela independência e objetividade dos trabalhos; e

II - apoiar o Controle Externo e os demais órgãos de defesa do patrimônio público, que consiste em apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, estabelecendo relacionamento cooperativo com o Tribunal de Contas da União e demais órgãos de defesa do patrimônio.

Seção IX

Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER)

Art. 120. O CECOMSAER é o órgão executor do Canal Fala.BR (plataforma integrada de acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal) e responsável pela plataforma de divulgação das informações afetas às transparências ativa e passiva no âmbito do COMAER.

Art. 121. Por meio do Canal Fala.BR, além do pedido de acesso à informação com o uso da LAI, também são recebidas denúncias, solicitações, sugestões, reclamações, elogios e sugestões de simplificação referentes aos serviços públicos federais em geral, que envolvam ações de agentes, órgãos e entidades.

Seção X

Secretaria de Avaliação e Promoções (SECPROM)

Art. 122. A SECPROM é composta pela Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) e pela Comissão de Promoções de Graduados (CPG), instâncias de análise do mérito profissional e moral dos Oficiais e Praças da Força Aérea. Em consonância a isso, entre outras atribuições, destacam-se as seguintes competências da SECPROM:

I - planejar, executar e controlar as atividades relacionadas à apreciação dos conceitos profissional e moral de aspirantes a oficial e oficiais, com vistas à seleção para compor Quadro de Acesso e realizar os cursos regulamentares de carreira, de acordo com o Regulamento de Promoções de Oficiais (REPROA) e em apoio às atividades das Subcomissões da CPO, previstas em regulamento específico;

II - assessorar o CMTAER e o Presidente da CPO nas situações que resultem da aplicação da Lei nº 5.821/1972 (Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas) do REPROA e de toda legislação pertinente à sistemática de avaliação de desempenho, de promoções e de fluxo de carreira dos oficiais do COMAER;

III - conduzir os processos de avaliação de desempenho e de promoção de oficiais e de graduados em consonância com as legislações pertinentes em vigor e com as diretrizes emanadas pelos Presidentes da CPO e da CPG, exceto as promoções que decorram de desempenho escolar ou similar dos diversos Cursos de Formação Iniciais ou Estágios de Adaptação para oficiais e graduados de carreira ou temporários; e

IV - analisar o desempenho dos Oficiais temporários, assessorando o Presidente da CPO e o CMTAER quanto aos militares que possuem conceito profissional e moral para serem promovidos.

Seção XI

Divisão do Pessoal Civil (DPC) do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP)

Art. 123. A DPC do COMGEP é a unidade responsável pela coordenação das ações ligadas à correição do pessoal civil, tais como coordenar o cadastramento dos processos no sistema CGU-PAD e exercer a função de Coordenador-Adjunto do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

Art. 124. A DPC também é responsável por representar o COMAER junto aos Setores de Recursos Humanos dos Órgãos Externos, relativos ao pessoal civil, e por exercer a função de Coordenador-Geral do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) no COMAER.

Seção XII

Assessorias de Governança (AsGov)

Art. 125. À luz do que prevê a NSCA 16-1 “Sistema de Governança Institucional do COMAER”, as Assessorias de Governança (AsGov) exercem a atividade de Elo da USI-FAB quanto aos assuntos atinentes ao fortalecimento das Funções de Integridade no âmbito do COMAER.

Art. 126. As AsGov dos ODSA, das Diretorias, dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR) e das Organizações com unidades subordinadas também exercem papel relevante na

governança dos sistemas pelos quais são responsáveis e na supervisão de suas unidades subordinadas.

Art. 127. As Organizações que não possuem unidades subordinadas e que não possuem em seu organograma uma AsGov, devem definir os setores que desenvolverão as atividades de fomento à Integridade Institucional, em especial quanto ao fortalecimento dos mecanismos preventivos da gestão.

Seção XIII

Comitês Setoriais de Governança (CSG)

Art. 128. Conforme prevê a DCA 16-1, os ODSA podem instituir Comitês Setoriais de Governança (CSG), para apreciação dos temas mais relevantes da Governança institucional em seu âmbito.

Parágrafo único. Esses colegiados também são instâncias relevantes para a apreciação das questões mais significativas da Integridade Institucional.

CAPÍTULO VI

TEMAS E INICIATIVAS RELEVANTES PARA A INTEGRIDADE

Art. 129. No decorrer dos anos, houve considerável evolução dos assuntos acerca do fomento da Integridade Institucional em nível nacional. Nessa conjuntura, este capítulo abarca questões importantes e complementares atinentes ao fortalecimento dos mecanismos para o combate aos atos antiéticos, à fraude e à corrupção.

Seção I

Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

Art. 130. O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) é uma iniciativa conjunta do TCU e das Redes de Controle da Gestão Pública do Brasil, representadas por sua Secretaria Executiva, com o apoio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). O objetivo do PNPC é promover a adoção de práticas de integridade por organizações públicas em todas as esferas e Poderes, visando à redução dos níveis de exposição à fraude e à corrupção.

Art. 131. O PNPC utiliza uma plataforma da tecnologia da informação (Sistema e-Prevenção) que possibilita ao gestor obter o diagnóstico do nível de suscetibilidade à fraude e à corrupção de sua organização e implementar práticas de integridade, com o objetivo de proteger e fortalecer a instituição contra atos de corrupção.

Art. 132. Após a finalização do diagnóstico mencionado no artigo anterior, é necessária a montagem e a execução do Plano de Ação para implementar as práticas de integridade ainda inexistentes na organização.

Art. 133. No âmbito do COMAER, é de responsabilidade da USI-FAB coordenar a atualização dos dados no Sistema e-Prevenção e a implementação do Plano de Ação proposto pelo PNPC, nos casos aplicáveis na estrutura organizacional da FAB.

Seção II

Sistema e-Agendas

Art. 134. O Sistema e-Agendas (Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal), instituído pela Lei nº 12.813/2013 e pelo Decreto nº 10.889/2021, visa a reforçar as práticas de integridade no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 135. Os agentes que são obrigados a divulgar suas agendas de compromissos públicos são chamados de Agentes Públicos Obrigados (APO).

Parágrafo único. Os APO são os ocupantes dos seguintes cargos e funções:

I - Ministros de Estado;

II - cargos de natureza especial ou equivalentes;

III - Presidentes, vice-presidentes e diretores, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista;

IV - integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS (CCE/FCE), níveis 6 e 5 ou equivalentes; e

V - os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro.

Art. 136. No âmbito do COMAER, atualmente, os APO são:

I - o Comandante da Aeronáutica;

II - o Presidente da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAE);

III - o Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e

IV - o Vice-Reitor do ITA.

Art. 137. Devem ser registrados na agenda de compromissos públicos os seguintes assuntos:

I - diferentes tipos de compromissos públicos;

II - hospitalidades e presentes recebidos de agente privado, em razão do cargo, função, mandato ou emprego público que ocupe ou de atividades que exerça enquanto agente público;

III - viagens realizadas a trabalho nas quais haja custeio de despesas, no todo ou em parte, por agente privado; e

IV - afastamentos do agente público, incluindo o nome do substituto, quando houver.

Art. 138. Para fins do Sistema e-Agendas, também devem ser registrados como afastamentos quaisquer períodos em que o Titular indique substituto.

Art. 139. Não serão escopo de registro da agenda de compromissos públicos: despachos internos, brindes recebidos, compromissos particulares dos agentes públicos e informações sigilosas.

Art. 140. Para fins de cadastro dos registros de suas agendas de compromissos públicos no Sistema e-Agenda, os APO do COMAER delegarão competência aos Gestores de Agenda que, por sua vez, devem possuir perfil de Administrador Institucional Gestor (AIG).

Art. 141. O APO, cuja agenda foi delegada, permanece responsável pelo que for registrado e publicado em seu nome, devendo manter o acompanhamento sistêmico sobre informações registradas na sua agenda de compromissos.

Art. 142. As atividades de AIG e Gestores de Agenda de APO se resumem às seguintes ações: cadastrar, editar e inativar os perfis dos APO (Titulares e Eventuais) sob sua responsabilidade; e acessar, visualizar e editar a agenda dos seus respectivos APO, de acordo com a delegação que lhe tenha sido atribuída pelo próprio APO ou pelo Administrador Institucional Supervisor.

Art. 143. A função de Administrador Institucional Supervisor (AIS) está a cargo do EGI (USI-FAB), o qual é responsável pelo seguinte:

I - gerenciamento do Sistema e-Agendas;

II - cadastramento da estrutura organizacional e dos usuários no Sistema;

III - interlocução com a CGU para dirimir questões afetas ao e-Agendas;

IV - gerência máxima do e-Agendas no COMAER;

V - acesso e visualização a todos os registros no Sistema;

VI - cadastro da estrutura de cargos do COMAER; e

VII - cadastro, edição e inativação dos perfis dos Administradores (Supervisores e Gestores), e dos Agentes Públicos Obrigados (Titulares e Eventuais).

Seção III

Brindes, Presentes e Hospitalidades

Art. 144. A Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013) e o Decreto nº 10.889/2021 vedam o recebimento de presentes por agentes públicos oferecidos por quem tenha interesse em decisão sua ou de colegiado do qual participe.

Art. 145. Contudo, essa vedação não se aplica a recebimento de brindes de baixo valor econômico e distribuídos de forma generalizada, como cortesia, propaganda ou divulgação habitual. Nesse caso, entende-se por baixo valor econômico aquele menor que 1% do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 146. Cabe destacar que, na hipótese de inviabilidade da recusa ou da devolução imediata do presente recebido, o militar ou servidor civil do COMAER deverá entregá-lo à Seção de Registro Patrimonial de sua OM, o qual deve adotar as providências quanto ao seu registro contábil e sua destinação.

Art. 147. As hospitalidades poderão ser concedidas, por agente privado, desde que autorizado no âmbito da OM. Devem-se observar os interesses da OM e os riscos em potencial à integridade e à imagem da instituição. Além disso, os itens relacionados à hospitalidade também devem estar diretamente relacionados com os propósitos legítimos da representação de interesses e não devem caracterizar benefício pessoal.

Seção IV **Assédios Moral e Sexual**

Art. 148. De acordo com o Guia Lilás da CGU, o assédio é um problema coletivo que impacta negativamente a convivência no ambiente de trabalho, violando a dignidade e a integridade das pessoas, além de comprometer a salubridade e a produtividade da Organização.

Art. 149. Em 2023, foi publicada a Lei nº 14.540, que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual. Este programa tem como objetivo prevenir a prática do assédio sexual, capacitar os agentes públicos sobre o tema e implementar campanhas educativas sobre as condutas e comportamentos que caracterizam esse tipo de assédio.

Art. 150. Adicionalmente, em 2024, foi promulgado o Decreto nº 12.122, que instituiu o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, com a finalidade de fortalecer as estratégias educativas que abordem a formação e a sensibilização de agentes públicos, os mecanismos para promover o acolhimento das supostas vítimas de assédio, a proteção aos denunciantes contra ações praticadas em retaliação, dentre outras ações para a consolidação do referido programa.

Art. 151. No âmbito do COMAER, em 2024, foi publicada a ICA 30-13, que estabelece procedimentos para prevenção e enfrentamento do assédio moral e sexual, com o fito de fomentar uma abordagem preventiva e reativa fundamental para assegurar que todos os militares e servidores civis da FAB tenham condições de trabalhar e conviver num ambiente saudável, seguro e acolhedor.

Art. 152. A referida ICA define o assédio moral como uma forma habitual de violência psicológica que ocorre no ambiente de trabalho, caracterizada por comportamentos abusivos, humilhantes, constrangedores ou vexatórios, que acontecem repetidamente com o intuito de desestabilizar emocionalmente a vítima. No entanto, uma ação isolada, embora possa ser grave e ter o potencial de gerar responsabilização nas esferas cível, penal e administrativa, não será caracterizada como assédio moral devido à ausência de repetição sistemática.

Art. 153. No tocante ao assédio sexual, este é configurado quando há uma conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

Art. 154. Além disso, a ICA 30-13 estabelece a obrigatoriedade de as OM implementarem a Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio (CPCA), a qual será o canal

permanente responsável por receber as notificações, proceder ao acolhimento e assessorar o Comandante, Chefe ou Diretor, que será composta por:

I - um militar responsável pela atividade de integridade da OM. Nos casos das OM que já possuem Assessoria de Governança (AsGov), poderá ser a “AsGov 2” (Gestão de Riscos e Integridade), nos termos da DCA 16-1;

II - um militar da área jurídica;

III - um capelão;

IV - um militar da área da psicologia; e

V - um militar assistente social.

Art. 155. Contudo, caso a OM não possua as especificidades mencionadas no artigo anterior, recomenda-se que realize gestões junto ao seu respectivo ODSA ou Comandante da GUARNAE, com o intuito de suprir a referida carência.

Art. 156. Fica a cargo do COMGEP a capacitação e a conscientização acerca das ações de prevenção e combate ao assédio no âmbito do COMAER.

Art. 157. Além disso, o EMAER é responsável pela coordenação e o monitoramento da aplicação das medidas de tratamento dos riscos de assédios moral e sexual constantes do Anexo XIV desta DCA.

Seção V

Uso Indevido de Substâncias Psicoativas

Art. 158. Conforme cartilha preparada pelo IPA (Instituto de Psicologia da Aeronáutica) para o Programa de Valorização da Vida - Módulo II, o uso de substâncias (drogas), sejam elas lícitas ou ilícitas, pode acarretar uma série de prejuízos para a saúde e o bem-estar individual e para a sociedade como um todo.

§ 1º Os impactos adversos do consumo de drogas se estendem para além das fronteiras físicas e mentais, abrangendo aspectos sociais, econômicos e legais.

§ 2º Os principais riscos são listados no inciso IX do art. 63, abrangendo um amplo espectro de problemas que podem impactar o indivíduo, podendo variar dependendo do tipo de substância, da quantidade consumida, da frequência do uso e das características individuais de cada pessoa.

Art. 159. Dessa maneira, o consumo de substâncias psicoativas representa um desafio multifacetado que exige uma abordagem holística e multidisciplinar. A prevenção, a educação e o tratamento emergem como ferramentas cruciais para mitigar os prejuízos causados pelo uso de drogas, buscando não apenas proteger a saúde individual, mas também promover comunidades mais seguras e resilientes.

Art. 160. No COMAER, as principais publicações sobre o tema são a DCA 160-1 Plano de Enfrentamento ao Uso de Substâncias Psicoativas no Comando da Aeronáutica; e a NSCA 38-21 Programa de Valorização da Vida (PVV): Sensibilização e conscientização ao uso indevido de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas (PVV-ATS).

CAPÍTULO VII MEDIDAS DE TRATAMENTO

Art. 161. As principais Medidas de Tratamento dos Riscos para a Integridade estão descritas no Anexo XIV.

CAPÍTULO VIII CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Art. 162. Dada a natureza transversal da Integridade Institucional, é imprescindível o desenvolvimento de um Plano de Capacitação, o qual orientará as ações de qualificação e aperfeiçoamento dos militares e servidores civis do COMAER.

§ 1º Deve ser registrado no Plano de Capacitação as necessidades de desenvolvimento de conhecimento, em especial, quanto à compreensão e à aplicação de legislações acerca dos seguintes assuntos:

I - Integridade Pública em uma visão macro;

II - Prevenção de conflitos de interesses e do nepotismo;

III - Transparência (Ativa e Passiva);

IV - Ouvidoria, com o foco na proteção ao denunciante;

V - Procedimentos disciplinares e de responsabilização;

VI - Gestão de Riscos e Controle Interno;

VII - Técnicas de reconhecimento e conduta frente aos assédios moral e sexual; e

VIII - Temas relacionados à quebra de integridade, com o objetivo de identificar e mitigar atos antiéticos, fraudulentos e corruptíveis, tais como: desvio de recursos públicos, fraudes diversas, abuso de poder ou influência, uso indevido e vazamento de informações sigilosas, entre outros assuntos.

§ 2º Esse Plano deverá ser elaborado anualmente pelo EGI (USI-FAB), e amplamente divulgado para todo o efetivo do COMAER.

CAPÍTULO IX ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Art. 163. As informações relacionadas à Integridade Institucional no âmbito do COMAER serão disponibilizadas no Portal FAB, no Portal do SISGI (Sistema de Governança Institucional) e nos sítios internos das Organizações Militares.

Art. 164. O EMAER, como responsável pelo Programa de Formação e Fortalecimento de Valores, deverá desenvolver uma campanha de conscientização interna sobre valores éticos e morais. Esta campanha deverá incluir a possibilidade de os militares e servidores civis registrarem, de forma voluntária, os riscos à integridade que considerem presentes em suas atividades, bem como sugerir medidas para mitigar esses riscos.

Art. 165. O EMAER, em conjunto com o CECOMSAER, deverá realizar campanhas de divulgação ao efetivo do COMAER dos temas atinentes à Integridade Institucional, por meio de folhetos, cartilhas, vídeos, entre outras formas de divulgação.

CAPÍTULO X MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO PROINT

Art. 166. No COMAER, o monitoramento das ações ligadas ao fortalecimento da Integridade Institucional será realizado por meio das seguintes ações:

I - acompanhamento das publicações de gestão de riscos para a integridade dos ODSA;

II - comunicação interna de fatos relevantes envolvendo a quebra de integridade entre os ODSA e o EMAER (USI-FAB);

III - emissão de orientações para todo o COMAER, concernentes ao aperfeiçoamento dos controles relativos ao fortalecimento da Integridade Institucional; e

IV - acompanhamento das ações atinentes às Medidas de Tratamento dos Riscos para a Integridade no COMAER (Anexo XIV).

Art. 167. Anualmente, será emitido o Relatório de Acompanhamento do PROINT-FAB, a ser elaborado pela EGI do EMAER (USI-FAB).

Art. 168. Periodicamente, as OM do COMAER deverão atualizar as suas análises de gestão de riscos para a Integridade, com base nos fatos mais relevantes que ocorreram nos anos anteriores.

Art. 169. O PROINT-FAB deverá ser aperfeiçoado, por meio da publicação de um novo PLAINT, periodicamente, o qual deverá rever as normas, as delimitações de responsabilidades e as Medidas de Tratamento dos Riscos para a Integridade.

CAPÍTULO XI MATURIDADE EM INTEGRIDADE PÚBLICA

Art. 170. Segundo o Referencial Técnico (versão 1.0) da Secretaria de Integridade Pública da CGU, o Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) é um modelo de diagnóstico da maturidade em integridade pública da organização, estruturado em cinco níveis progressivos, a saber: 1-Inicial, 2-Padronizado, 3-Integrado, 4-Gerenciado e 5-Otimizado (Anexo XIII).

Art. 171. O MMIP é um modelo que visa a orientar a gestão em torno de princípios, métodos, processos e procedimentos concebidos para alcançar, com vistas a fortalecer e aprimorar as atividades de gestão da integridade dos Órgãos do Poder Executivo federal.

Art. 172. O MMIP oferece mecanismos para:

I - efetuar um diagnóstico organizacional;

II - avaliar a Maturidade em Integridade Pública em comparação com os padrões almejados;

III - determinar os requisitos de Maturidade em Integridade Pública desejados, de acordo com a natureza, complexidade e riscos associados às suas operações; e

IV - estabelecer um plano de ação para a superação de lacunas identificadas e para a consolidação do nível almejado de maturidade.

Art. 173. Nesse contexto, cabe destacar que a Maturidade em Integridade Pública está diretamente relacionada às:

I - ações adotadas pela Unidade Setorial de Integridade para implantar as práticas necessárias ao alcance e à manutenção da maturidade almejada; e

II - medidas adotadas pela Alta Administração para estabelecer condições favoráveis ao pleno exercício da atividade de gestão da integridade.

Art. 174. No âmbito da FAB, a cada três anos, o EGI (USI-FAB) apontará o nível de Maturidade em Integridade Pública do COMAER, com base no Referencial Técnico (versão 1.0) da Secretaria de Integridade Pública da CGU.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 175. O Programa de Integridade constitui-se em uma atividade contínua, que deve ser incorporada como prática regular da Instituição, a fim de que faça parte da própria cultura organizacional.

Art. 176. O ODSA, caso julgue necessário, poderá elaborar seu próprio Plano de Integridade, a fim de fortalecer mecanismos específicos ligados à sua missão e de dar suporte às medidas de tratamento dos riscos à Integridade de suas unidades subordinadas.

Art. 177. Caso o ODSA aprove seu Plano de Integridade, deverá levá-lo ao conhecimento da USI-FAB, uma vez que todos os Planos de Integridade específicos e todas as ações que promovam a Integridade e que venham a ser tomadas pelos ODSA passam a fazer parte do Programa de Integridade da FAB e portanto tornam-se objeto de monitoramento da USI-FAB.

Art. 178. Cada ASGov deverá designar um militar responsável para exercer as atividades de Elo da USI-FAB, a fim de promover a cultura de Integridade no âmbito do COMAER, com o intuito de fortalecer os mecanismos mitigadores dos riscos de integridade e fomentar a conscientização do efetivo quanto aos temas tratados na presente DCA.

Art. 179. Esta Diretriz deve ser atualizada por iniciativa do EMAER, em coordenação com os ODSA, sempre que julgado necessário.

Art. 180. Os casos não previstos na presente diretriz serão submetidos à apreciação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

ANEXO II
FUNÇÕES DE INTEGRIDADE DO PROINT-FAB



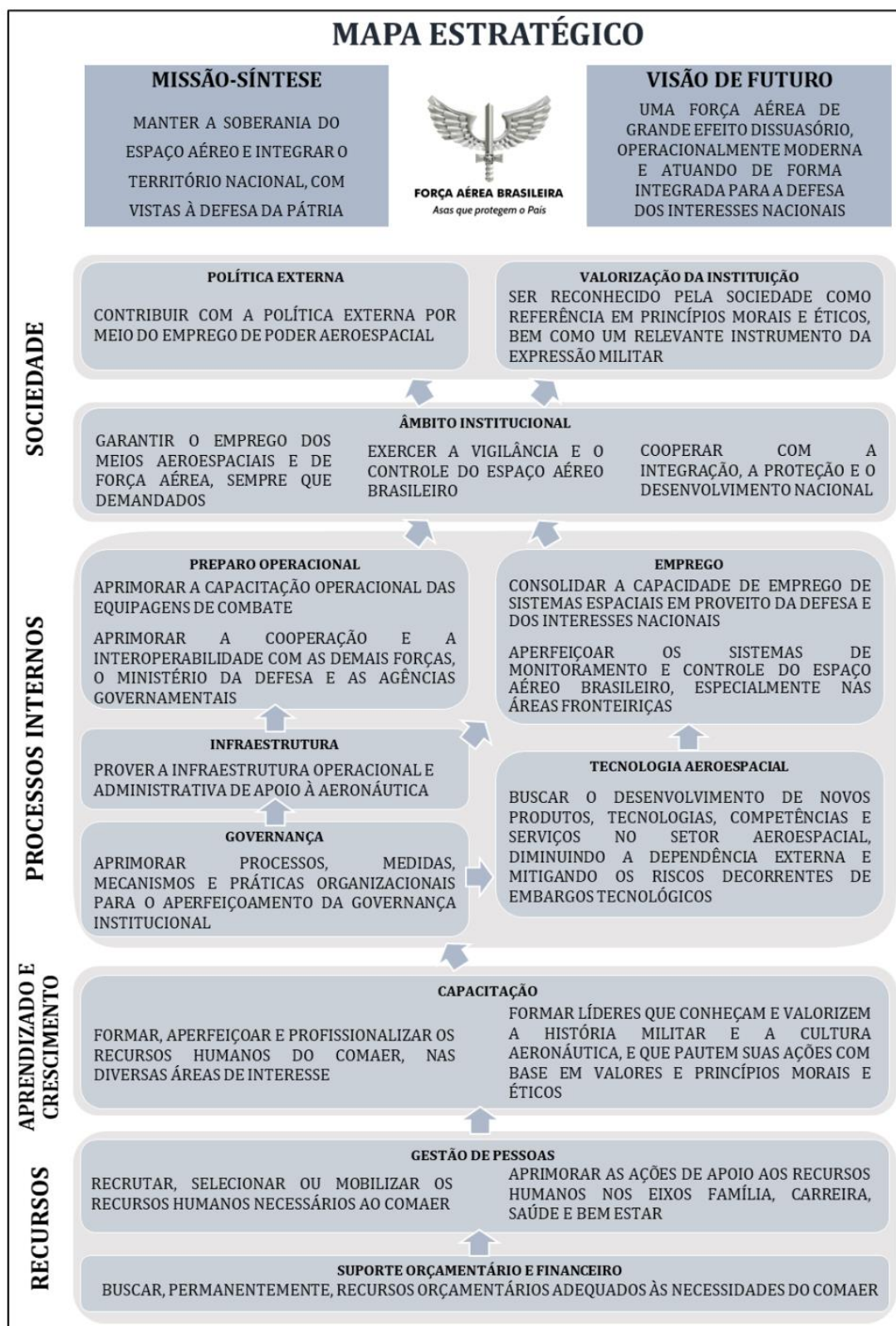
Fonte: EGI/EMAER.

ANEXO III
PIRÂMIDE DA INTEGRIDADE DOS MILITARES DA FAB



Fonte: EGI/EMAER.

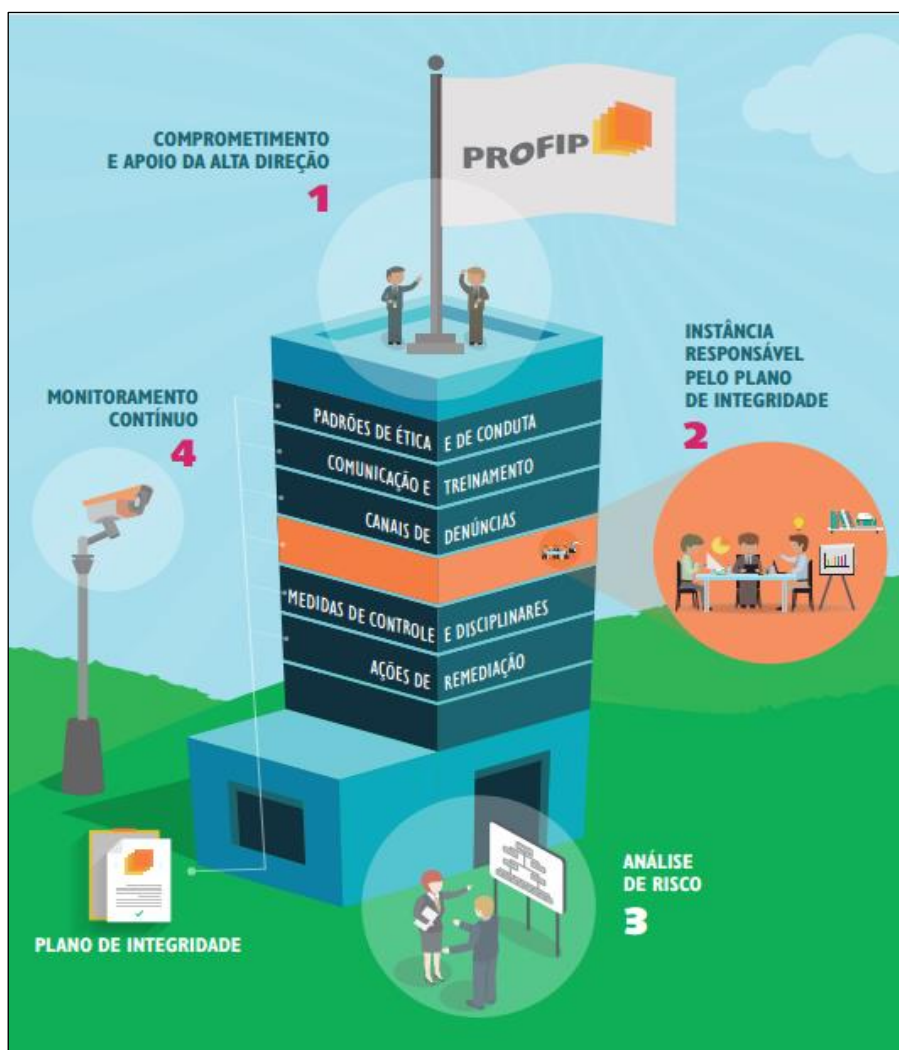
ANEXO IV MAPA ESTRATÉGICO DA FAB



Fonte: PCA 11-47/2024.

ANEXO V

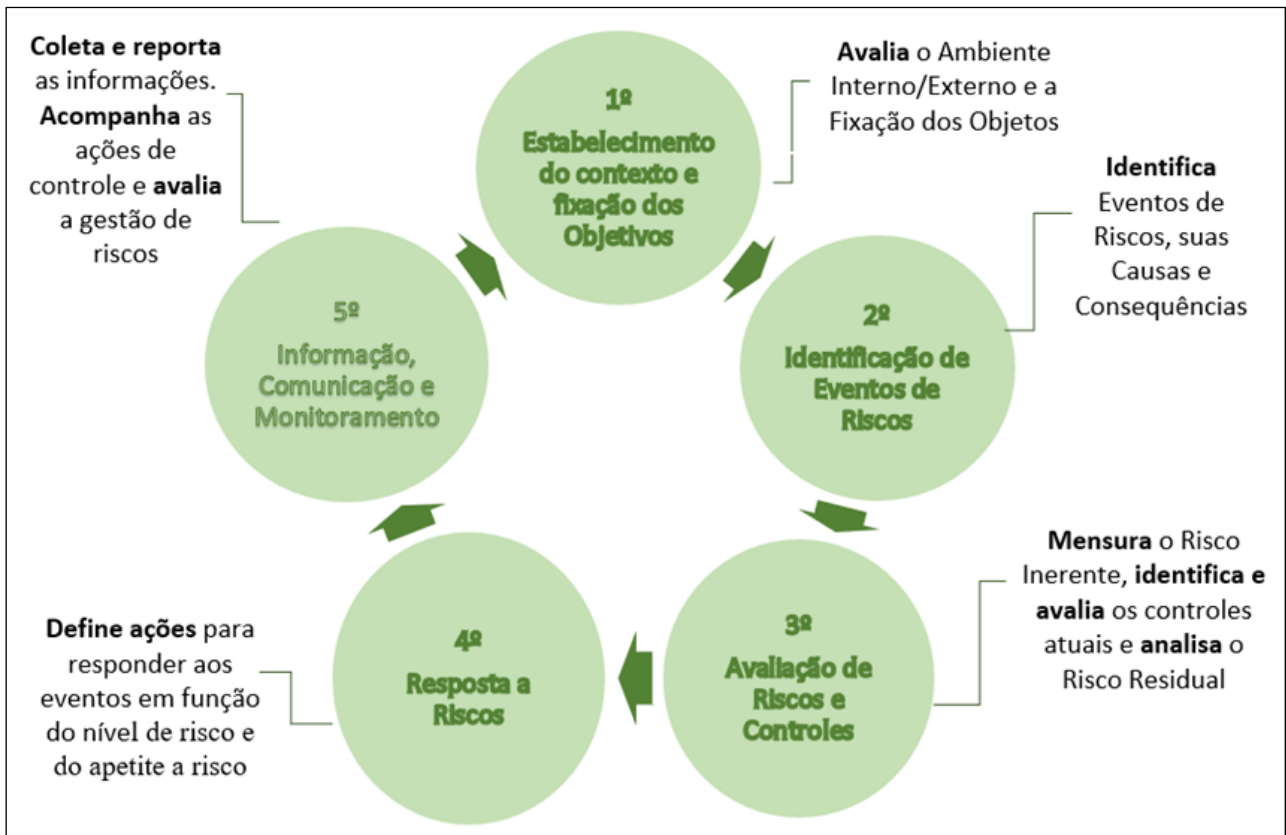
EIXOS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE



Fonte: CGU, 2018.

PROFIP: O Programa de Fomento à Integridade Pública, instituído pela Portaria nº 1.827, de 23 de agosto de 2017, é uma iniciativa da CGU para incentivar e capacitar os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a implementarem Programas de Integridade.

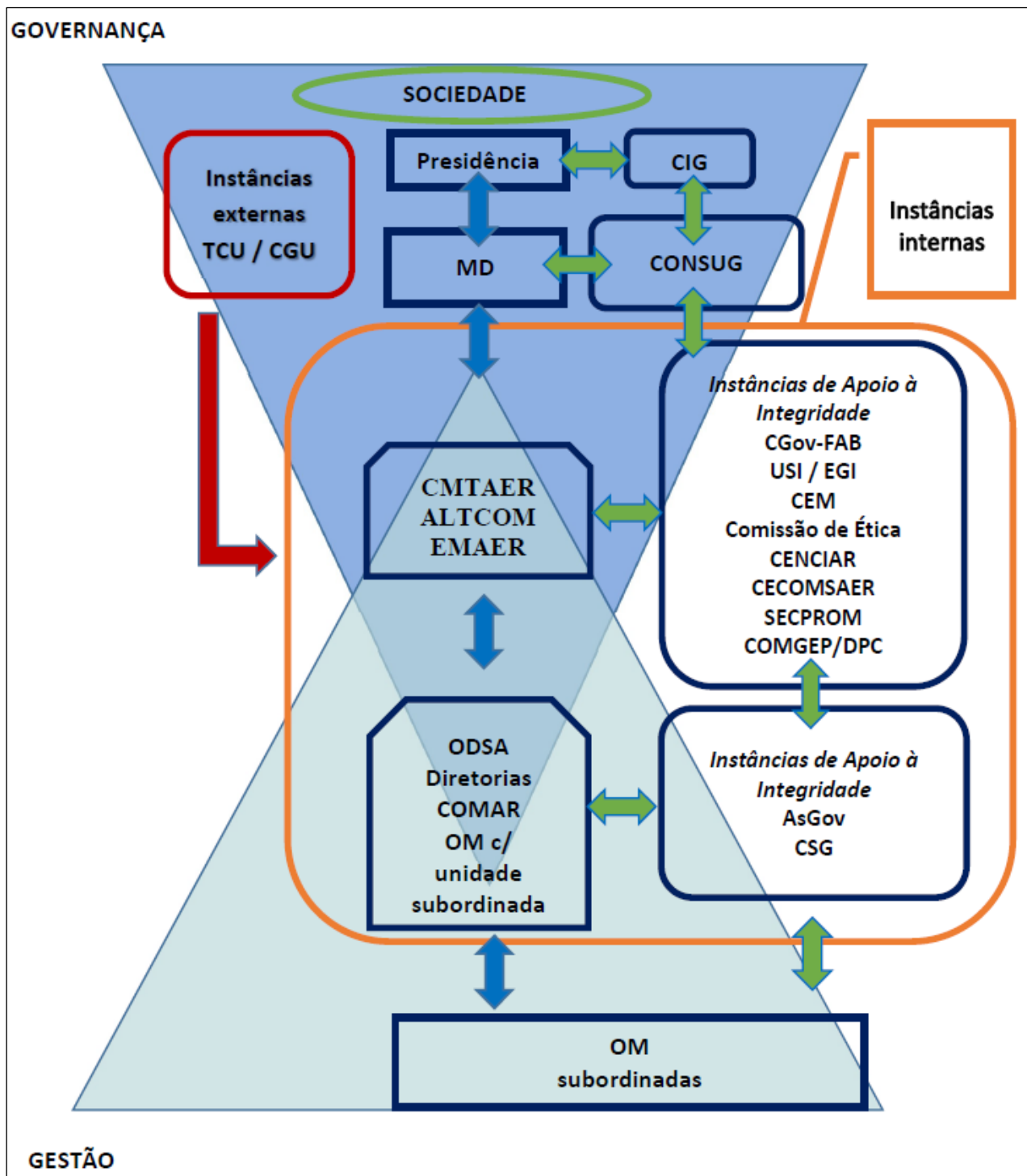
ANEXO VI
ETAPAS DA GESTÃO DE RISCOS



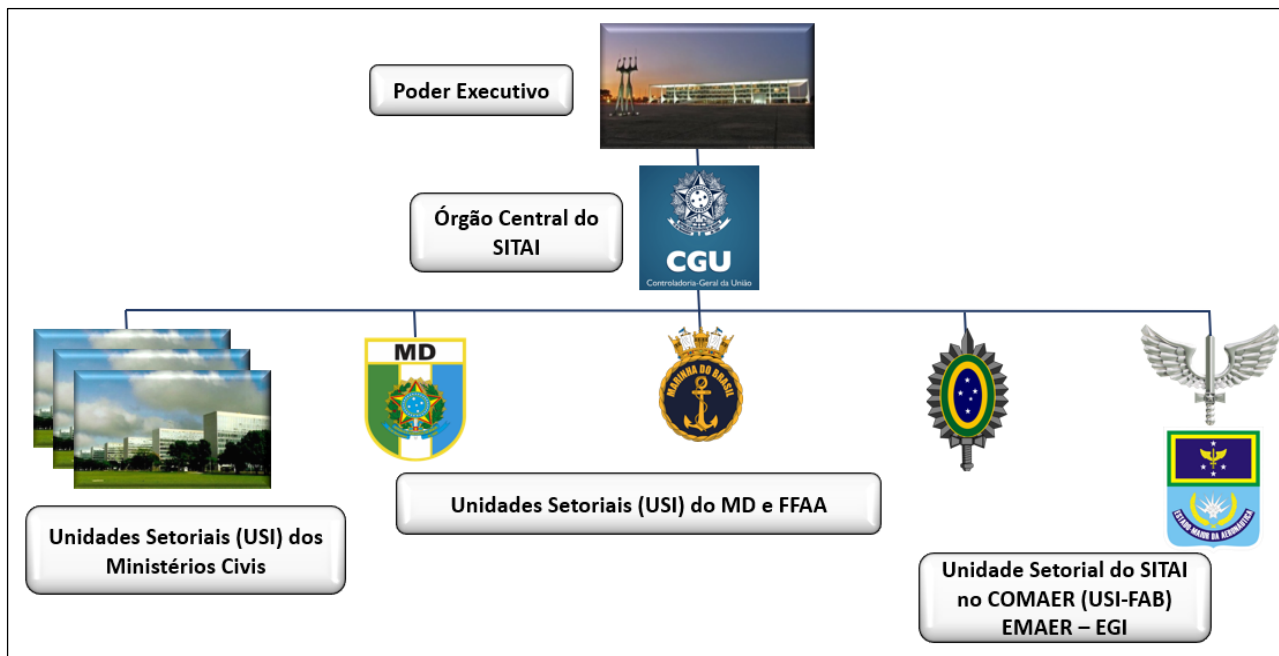
Fonte: DCA 16-2.

ANEXO VII

DIAGRAMA DE INTER-RELACIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COMAER



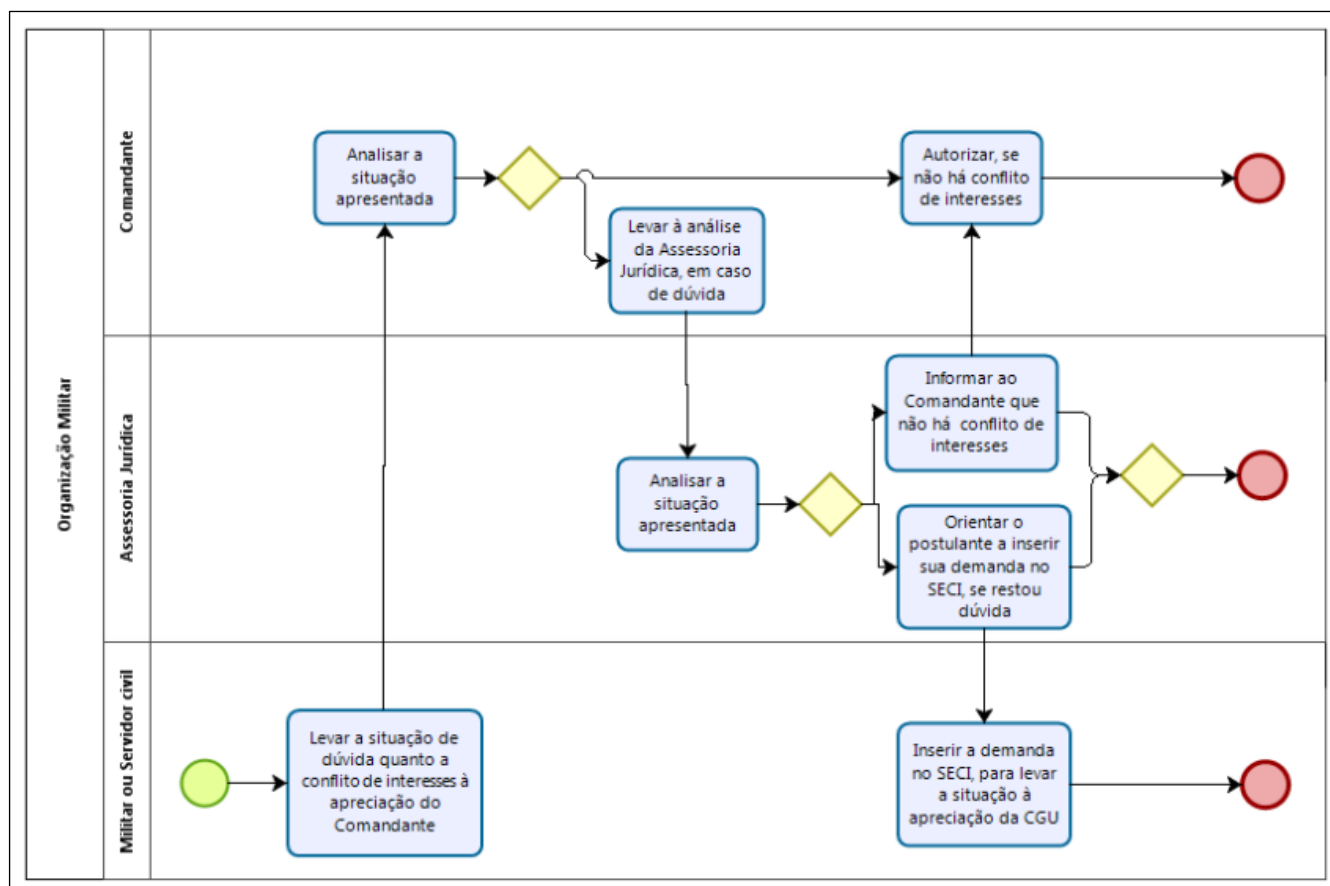
ANEXO VIII
ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (Sitai)



Fonte: EGI/EMAER.

ANEXO IX

FLUXO PARA PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES



Conforme o fluxo para prevenção de situações de conflito de interesses no seio da Organização Militar, considerou-se a menor unidade organizacional da estrutura institucional do Comando da Aeronáutica, seguindo os passos abaixo:

a) o integrante da OM, militar ou servidor civil, interessado em esclarecer uma possível situação de conflito de interesses, apresenta a sua demanda ao Comandante da OM;

b) o Comandante da OM, se não tiver dúvida acerca da questão, pode autorizar o seu prosseguimento imediatamente, mas, caso haja dúvida, deve enviar a situação para análise de sua Assessoria Jurídica; e

c) caso a Assessoria Jurídica não consiga dirimir a dúvida referente à possível existência de conflito de interesses quanto à situação apresentada, essa deve orientar o integrante da OM a inserir sua demanda no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) da CGU (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/prevencao-da-corrupcao/conflito-de-interesses/seci-sistema>).

Caso a situação de conflito de interesses já seja um fato consumado, a Organização Militar deverá tomar as medidas necessárias para, dependendo da gravidade, instaurar um Procedimento de Apuração de Transgressão Disciplinar (PATD), em caso de transgressão disciplinar, ou um Inquérito Policial Militar (IPM), caso haja indício de crime.

ANEXO IX
FLUXO PARA PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES (CONTINUAÇÃO)

A fim de serem evitados benefícios a candidatos em concursos e avaliações para oficiais e graduados temporários, bem como para civis, especialmente na condição de professores das instituições de ensino, a comissão de fiscalização e avaliação deve cumprir rigorosamente os critérios de pontuação estabelecidos para os currículos apresentados. Como as pontuações são atribuídas em conjunto pela comissão, a probabilidade de favorecimento de um candidato - mesmo que a relação de amizade com um membro da comissão seja omitida - é consideravelmente reduzida.

Na realização de cursos, é importante observar que as indicações estão vinculadas às capacidades e requisitos inerentes à função desempenhada pelo militar ou civil. Ou seja, apenas aqueles que estão relacionados com a função específica e atendem aos pré-requisitos estabelecidos estariam qualificados para adquirir os conhecimentos necessários. Além disso, os cursos frequentemente requerem pré-requisitos para garantir um aproveitamento adequado. Assim, mesmo que haja uma intenção de privilegiar algum militar ou civil, a exigência de atender a tais pré-requisitos atua como uma barreira significativa contra o beneficiamento indevido.

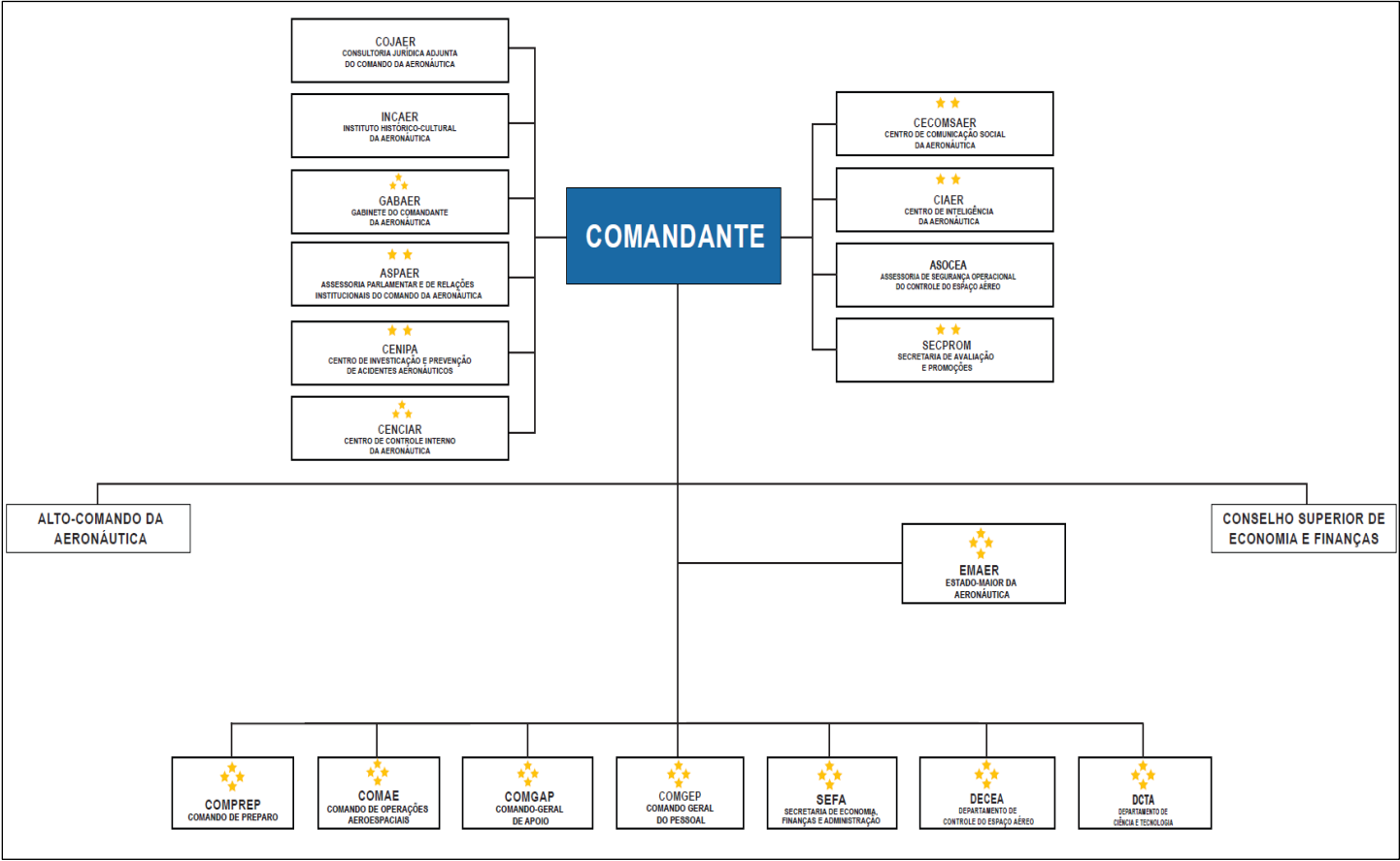
ANEXO X
GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE NEPOTISMO

GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE NEPOTISMO (Autoridade Nomeante e Cônjuge)					
FORMAS DE PARENTESCO			GRAUS DE PARENTESCO		
			1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU
Parentes Consanguíneos	Em linha reta	Ascendentes	PAIS (INCLUSIVE MADASTRA E PADASTRO)	AVÓS	BISAVÓS
		Descendente	FILHOS	NETOS	BISNETOS
	Em linha colateral			IRMÃOS	TIOS E SOBRINHOS (E SEUS CÔNJUGES)
Parentes por Afinidade	Em linha reta	Ascendentes	SOGROS (INCLUSIVE MADASTRA E PADASTRO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	AVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	BISAVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO
		Descendente	ENTEADOS, GENROS, NORAS (INCLUSIVE DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	NETOS (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	BISNETOS (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)
	Em linha colateral			CUNHADOS (IRMÃOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	TIOS E SOBRINHOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (E SEUS CÔNJUGES)

Observação: o cônjuge ou companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

Obs.: Cópia da tabela disponível no sítio da Câmara dos Deputados, no endereço <
<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/diretorias/diretoria-de-recursos-humanos/estrutura-1/depes/secretariado-parlamentar/diagrama-de-parentesco>>.

ANEXO XI
ORGANOGRAMA DO COMANDO DA AERONÁUTICA



ANEXO XII
TERMO DE SIGILO DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO

Nome/Posto/Graduação:

OM:

Identidade COMAER nº:

CPF:

Eu, xxxxxxxxxxxx acima descrito comprometo-me a:

a) tratar, com estrita discrição, toda informação, documentação recebida ou obtida por mim no desempenho das atividades atinentes à Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio (CPCA) e não divulgar tais informações a qualquer pessoa ou Organização;

b) relatar as constatações, comentários e conclusões resultantes das investigações e apurações, somente para as pessoas envolvidas no processo;

c) manter de forma segura toda a documentação utilizada durante o processo, não permitindo a terceiros o seu manuseio, e encaminhar para as autoridades, quando necessário;

d) não produzir cópias, ou de qualquer forma reproduzir, ou ainda transferir para outra parte, de quaisquer documentos referentes, que possam comprometer ou colocar sob suspeição a minha atuação nas atividades da CPCA;

e) não exigir para mim ou para outrem, ou aceitar quaisquer bens e valores em dinheiro (público ou particular), em razão das atividades da CPCA;

f) omitir-me ou contribuir para qualquer ação prejudicial ao processo;

g) não agir de maneira prejudicial à imagem ou aos interesses da OM e do COMAER; e

h) observar, rigorosamente, os valores e os princípios que forma a base ética moral funcional que orienta o comportamento e a atuação pessoal e profissional dos militares e servidores civis assemelhados.

Declaro estar ciente de que o não cumprimento de qualquer item estabelecido neste documento pode implicar em sanções disciplinares e legais cabíveis.

Xxxxxxxxxxxx ____ de _____ de 20xx.

(ASSINATURA)

ANEXO XIII
Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP

ELEMENTOS X NÍVEIS	ELEMENTO 1:	ELEMENTO 2:	ELEMENTO 3:
	GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A INTEGRIDADE	CAPACIDADE ORGANIZACIONAL PARA A INTEGRIDADE	GESTÃO E DESEMPENHO DA INTEGRIDADE
Nível 5 OTIMIZADO	KPA 5.1.1 – AÇÕES QUE ENGAJEM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E OS BENEFICIÁRIOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL	KPA 5.2.1 – MULTIPLICAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE INTEGRIDADE	KPA 5.3.1 – RETROALIMENTAÇÃO DE PROCESSOS RELEVANTES PARA ALAVANCAR A MISSÃO INSTITUCIONAL
Nível 4 GERENCIADO	KPA 4.1.3 – PARTICIPAÇÃO DA USI NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	KPA 4.2.3 – AÇÕES PREVENTIVAS PARA UM AMBIENTE ORGANIZACIONAL ÍNTEGRO	KPA 4.3.2 – MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO DA INTEGRIDADE
	KPA 4.1.2 – ATUAÇÃO EM REDES PÚBLICAS	KPA 4.2.2 – GESTÃO DE RISCOS DE INTEGRIDADE EM PROCESSOS RELEVANTES PARA A MISSÃO INSTITUCIONAL	
	KPA 4.1.1 – INSTÂNCIA COLEGIADA DE APOIO À GESTÃO DA INTEGRIDADE	KPA 4.2.1 – GESTÃO DE COMPETÊNCIAS PARA INTEGRIDADE	KPA 4.3.1 – ARTICULAÇÃO PARA OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DA INTEGRIDADE
Nível 3 INTEGRADO	KPA 3.1.2 – UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS COORPORATIVAS DOS ÓRGÃOS CENTRAIS DAS FUNÇÕES DE INTEGRIDADE	KPA 3.2.3 – TRATAMENTO DE QUESTÕES PÚBLICAS EMERGENTES PARA UM AMBIENTE ORGANIZACIONAL ÍNTEGRO	KPA 3.3.2 – MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE
	KPA 3.1.1 – INTERLOCUÇÃO E COMPROMETIMENTO DAS LIDERANÇAS	KPA 3.2.2 – METODOLOGIA E APLICAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS, INCLUINDO ASPECTOS DE INTEGRIDADE	KPA 3.3.1 – INICIATIVA, MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO PRIMÁRIO DA INSTITUIÇÃO
		KPA 3.2.1 – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO TRANSVERSAL EM INTEGRIDADE	
Nível 2 PADRONIZADO	KPA 2.1.2 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS ÁREAS RESPONSÁVEIS POR FUNÇÕES DE INTEGRIDADE	KPA 2.2.3 – SENSIBILIZAÇÃO SOBRE QUESTÕES PÚBLICAS EMERGENTES PARA UM AMBIENTE ORGANIZACIONAL ÍNTEGRO	KPA 2.3.2 – PROGRAMA E PLANO DE INTEGRIDADE
		KPA 2.2.2 – FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS, INCLUINDO ASPECTOS DE INTEGRIDADE	
	KPA 2.1.1 – ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E COMPETÊNCIAS DA USI	KPA 2.2.1 – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA USI	KPA 2.3.1 – LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E AÇÕES PARA A GESTÃO DA INTEGRIDADE
Nível 1 INICIAL	Atividade não estruturada; dependente de esforços e habilidades individuais; resultados não sustentados; falta de estrutura e recursos (espaço físico, financeiros, humanos e tecnológicos).		
	* Todas as organizações são em regra categorizadas no primeiro nível de maturidade em integridade pública até que tenham concluído a sua avaliação.		

Fonte: Referencial Técnico, versão 1.0, da Secretaria de Integridade Pública da CGU.

ANEXO XIV
PRINCIPAIS MEDIDAS DE TRATAMENTO DOS RISCOS À INTEGRIDADE NO COMANDO DA AERONÁUTICA

Seq.	Medidas de Integridade	Responsáveis	Prazo
1	<p>Implementação do Plano de Comunicação e Treinamento (programas, eventos de divulgação e conscientização de padrões de ética e de integridade), com os seguintes critérios:</p> <p>1) Temáticas a serem abordadas:</p> <p>a) Funções de integridade no âmbito do COMAER: promoção dos valores éticos, transparência ativa e passiva, ouvidoria, gestão de riscos, controles internos, auditoria, accountability e responsabilidade administrativa e penal;</p> <p>b) Lei de Acesso à Informação/Ouvidoria/Lei Geral de Proteção de Dados/Dados Abertos;</p> <p>c) Assédios moral e sexual para o efetivo do COMAER e para as Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio (CPCA); e</p> <p>d) Gestão de Riscos de Integridade, com o foco no Plano de Ação específico de cada OM para mitigar tais riscos.</p> <p>2) Foco nos militares e servidores civis.</p> <p>3) Treinamentos com base nas falhas verificadas nas avaliações periódicas do PROINT-FAB (Relatório de Monitoramento do PLAIN-T-FAB);</p> <p>4) Campanha de conscientização interna sobre valores éticos e morais, que deve incluir a possibilidade de os militares e servidores civis registrarem, de forma voluntária, os riscos à integridade que considerem presentes em suas atividades, bem como sugerir medidas para mitigar esses riscos; e</p> <p>5) Campanha de divulgação dos temas atinentes à Integridade Institucional, por meio de folhetos, cartilhas, vídeos, entre outras formas de divulgação, para o efetivo do COMAER.</p>	EMAER / CECOMSAER / ASGOV	JUN/2026
2	Fortalecimento da Gestão de Riscos de Integridade em processos relevantes para o cumprimento da missão da FAB.	EMAER/ ASGOV	JUN/2026
3	Monitoramento do PLAIN-T-FAB incluindo balanço de resultado de suas ações e comparação das atividades planejadas, com a emissão do Relatório de Acompanhamento do PROINT-FAB.	EMAER	DEZ/2027

4	Medição de nível de Maturidade em Integridade Pública do COMAER, com base no Referencial Técnico da Secretaria de Integridade Pública da CGU.	EMAER	DEZ/2027
5	Implementação de controles de registro de recebimento de presentes por agentes públicos, oferecidos por quem tem interesse na tomada de decisão, como estabelecido no Decreto nº 10.889/2021.	EMAER / ASGOV / OM	DEZ/2027
6	Implementação de controles e monitoramento dos registros no Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (Sistema e-Agenda), nos termos do Art. 11 da Lei nº 12.813/2013 e do Decreto nº 10.889/2021.	EMAER / ASGOV envolvidas	DEZ/2026
7	Fomento do uso do Sistema e-Prevenção e implementação do Plano de Ação proposto pelo PNPC, nos casos aplicáveis à estrutura organizacional da FAB.	EMAER	DEZ/2026
8	<p>Aprimoramento do fluxo interno para análise de conflito de interesses com as seguintes práticas:</p> <p>1) Definição das práticas de acesso ao público externo e relacionamento entre os militares/servidores civis e os fornecedores/terceirizados;</p> <p>2) Levantamento dos setores e atividades mais expostos à ocorrência de conflito de interesses;</p> <p>3) Apresentação de exemplos pontuais do uso de informação privilegiada, da relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão, atividade privada incompatível com o cargo, atuação como intermediário junto à administração, prática de ato em benefício de pessoa jurídica (em que participe amigos e parentes), recebimento de presente de quem tenha interesse em decisão, etc.; e</p> <p>4) Restrições a ocupantes de cargos que tenham acesso a informações privilegiadas, impedimentos posteriores ao exercício do cargo e competências para fiscalização (militares temporários/reserva remunerada/reformado).</p>	EMAER / ASGOV	DEZ/2026

9	Fortalecimento do Plano Anual de Auditoria Interna com as seguintes atividades: 1) Avaliar a implementação da gestão de riscos com o foco na possível quebra de Integridade Institucional no âmbito da OM auditada; 2) Verificar o fluxo de informação acerca do tratamento das demandas atinentes às manifestações sobre atos antiéticos, fraude e corrupção que envolvem a OM auditada; e 3) Reforçar o monitoramento das recomendações expedidas em auditorias anteriores, das ações de reparação de perdas e/ou punitivas advindos de atos antiéticos, fraudes e corrupção, por intermédio de planos de ações que contenham períodos de execuções das atividades, responsáveis, comprovações, bem como relatórios parciais, de acordo com o tempo previsto para o cumprimento das referidas recomendações, sem prejuízo de outras ações para os casos de descumprimentos.	CENCIAR	DEZ/2026
10	Fortalecimento das atividades de consultoria no âmbito do COMAER (assessoramento, aconselhamento, treinamento e facilitação) com implementações de consultorias e ministração de palestras para fins de capacitação e ampla divulgação da temática.	CENCIAR / OM auditadas	JUN/2026
11	Fortalecimento da proteção ao denunciante, em especial quanto ao tema sobre assédios moral e sexual, a fim de assegurar que a vítima não sofra retaliação, represália ou ameaças.	EMAER / CECOMSAER / ASGOV	JUN/2026
12	Fomento do canal permanente de acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédios moral e sexual no âmbito do COMAER, resguardado pelo sigilo profissional, bem como facilitar o acesso aos serviços de apoio de saúde, assistência social e religiosa, por meio da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio (CPCA).	EMAER / COMGEP / OM	JUN/2026
13	Implementação de critérios de controle e seleção eficientes, a fim de assegurar que os interesses privados não conflitem com o interesse público, quando do credenciamento de pessoas físicas e jurídicas na prestação de serviços de saúde aos beneficiários do SISAU, para compor o rol de credenciados da rede assistencial complementar.	Organizações Credenciadoras	DEZ/2026

14	Fortalecimento dos controles para mitigar o risco de vazamento de conteúdo de concursos, tais como: 1) Proibição do uso de meios de transporte próprios para transportar os materiais dos concursos; e 2) Armazenamento do material do concurso, sob sigilo na Seção de Inteligência da OCL, sendo liberado somente no dia da prova para o Presidente da Comissão Fiscalizadora.	Organizações Coordenadoras Locais (OCL)	JUN/2026
15	Fomento do uso da declaração de negativa de envolvimento de parentes nas Comissões e Bancas Examinadoras dos certames, a fim de evitar o risco de favorecimento de parentes nos Avisos de Convocação de Militares Temporários	SEREP / Setor de Admissão e Seleção das OM isoladas / Integrantes das Comissões	JUN/2026
16	Implementação do Termo de Adesão ou documento equivalente vinculado ao Programa de Integridade da FAB (fornecedores/terceirizados) no momento da assinatura do Contrato Administrativo e/ou Ata de Registro de Preços.	SEFA (DIREF-SUCONV) / OM	DEZ/2026
17	Fomento do fluxo de atuação da Comissão de Ética, para os servidores civis, no âmbito do COMAER, sob coordenação do COMGEP.	COMGEP	JUN/2026
18	Fortalecimento da atuação do Conselho de Ética Militar para os militares, no âmbito do COMAER, sob coordenação da Primeira Subchefia do EMAER.	EMAER / ASGOV	JUN/2026
19	Implementação de indicadores de desempenho que permitam o acompanhamento das transparências ativa e passiva (informações e dados disponíveis, solicitação de acesso, entre outros).	EMAER / CECOMSAER	JUN/2026
20	Implementação de indicadores de desempenho que permitam o acompanhamento do canal de denúncias (quantidade e natureza das denúncias recebidas, apuração, temáticas e arquivamento das denúncias, entre outros).	EMAER / CECOMSAER	JUN/2026
21	Implementação de indicadores e/ou relatórios sobre as temáticas constantes do Plano de Integridade da FAB.	EMAER / ASGOV	DEZ/2026
22	Implementação das atividades para o fomento da participação direta da sociedade na avaliação e melhoria dos serviços públicos, com a utilização do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, nos termos do Decreto nº 10.228/2020.	CECOMSAER	DEZ/2026
23	Aprimoramento do Sistema de Tecnologia da Informação atinente ao trâmite das demandas do SAC-FAB, que abarca o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-FAB/Lei de Acesso à Informação) e a Ouvidoria (eOuv-FAB).	EMAER / COMGAP / CECOMSAER	JUN/2027
24	Fomento do Canal de Denúncia “único” (Ouvidoria) no âmbito do COMAER, com a utilização do Canal Fala.BR da CGU.	EMAER / CECOMSAER	JUN/2026

25	Fortalecimento da Transparência Ativa com a disponibilidade de informações no site da FAB (internet), com base no Guia de Transparência Ativa (GTA) da CGU, bem como, sempre que possível, atualizar o enlace de “Perguntas Frequentes” no site da FAB (internet), com as perguntas recorrentes dos cidadãos.	CECOMSAER	DEZ/2025
26	Revisar a DCA 160-1/2023 Plano de Enfrentamento ao Uso de Substâncias Psicoativas (PEUSP).	EMAER	DEZ/2025
27	Fazer constar de seus Planos de Gestão de Riscos ações concernentes ao enfrentamento ao uso indevido de substâncias psicoativas.	Todas as OM do COMAER	DEZ/2025